



MUNICÍPIO DE TONDELA

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2023**

MEMBROS PRESENTES:

António Egrejas Leitão Amaro
Maria Helena de Campos Coimbra
Felisberto Henriques Figueiredo Marques
Rui Alberto Nunes dos Santos
Andreia Sofia Neves de Sousa
Alfredo de Jesus Cabral
Sérgio de Sousa Rodrigues
Marta Franco Coimbra Marques
Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte
Amândio José Ferreira Loureiro
Márcio Rafael Rodrigues dos Santos
José António Coimbra de Matos
Carlos Manuel Antunes Amaral
Maria da Conceição Ribeiro Gomes
Alfredo Manuel Henriques Pereira Leitão
Maria Cristina Marques Ferreira Simões
António de Almeida Dias
Martinho de Loureiro Rodrigues
Sandra Monteiro Lourenço
Marta Daniela Silva Antunes
João Paulo Pacheco Loureiro
Fernando Santos da Silva
Gonçalo Manuel da Silva Pereira

Ana Maria Marques Tavares de Leão
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira
Ricardo Jorge Silva Loureiro
Ana Maria Rodrigues Duarte
José António Oliveira Dias
Sandra Almeida dos Santos
Júlio Pacheco Gomes
Carlos José Loureiro Coimbra
José Hélder Viegas Alves
Mário Barreira Simões
Vitor Manuel Rodrigues Mota
Paulo Jorge Correia Bizarro
Paulo Sérgio dos Santos Dinis
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

MEMBROS QUE FALTARAM:

Nelson Pereira Martins
Fernando da Silva Figueiredo

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro, reuniu em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, pelas catorze horas sob a presidência do senhor presidente da Mesa, António Egrejas Leitão Amaro. Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, os cidadãos: Rui Filipe Dias de Figueiredo, Teresa Mafalda Felgar Albuquerque, Ana Rita Laranjeira e João Bernardo Castela Marques, em substituição por um dia, dos membros: Marta Franco Coimbra Marques, Sérgio Sousa Rodrigues, Guilherme Coimbra Duarte e Márcio Rafael Santos.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foi entregue na mesa, da parte do senhor presidente da junta de freguesia de Castelões, uma delegação de competência de representação na pessoa do Adérito Silva Ribeiro de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, constatou-se a falta dos seguintes membros: Nelson Martins e Fernando Figueiredo, que justificaram a ausência, pelo que foram consideradas justificadas.

Período Antes da Ordem do Dia

1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 17 de dezembro

Interveio o membro José António Matos que referiu que a ata na página 11, consta uma imprecisão na resposta da senhora presidente da Câmara, pois refere que foram intervencionadas as caleiras do Centro de Coordenação, quando na sua opinião se referia à intervenção das caleiras das Reversas Visitáveis do Museu Terra de Besteiros.

O senhor presidente da Mesa referiu que os serviços irão ouvir a gravação para confirmação aquilo que foi dito.

De seguida, o membro Martinho Rodrigues referiu que a ata desvirtuou a intenção e o objeto da sua intervenção, que se encontra em anexo à mesma. Disse que a sua intervenção não é julgar as pessoas que referiu, mas que o objetivo era referir-se à atitude política da Concelhia do PSD, sobre a atuação feita, das pessoas que referiu na intervenção. Disse que as pessoas foram julgadas e condenadas, questão que não lhe diz respeito a forma como aconteceu e decorreu o julgamento e condenação.

Colocada à votação, a ata foi aprovada pelos presentes na assembleia de 17 de dezembro de 2022.

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes: os relatórios de atividades e financeiros, remetidos pela senhora presidente da câmara; ofícios do gabinete do senhor presidente da Assembleia da República, a acusar a receção dos processos de criação de freguesias, por desagregação, da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, União de Freguesias de Mosteiro de Fráguas e Vilar de Besteiros e União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa; relatório anual de atividades da CCPJ do ano de 2022; email com link para consulta da revista das assembleias municipais e dos eleitos locais RAMEL 24; livro “Governo de Portugal”, de Pedro Silveira; jornais “Associação” e “Voz das Misericórdias”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou o ponto, o membro Rui Santos que referiu que de acordo com a Lei 75/2013, os prazos iniciam-se no dia seguinte à notificação e são seguidos, sendo, contudo discutível face ao exposto no CPA. Ora, disse que esta assembleia municipal foi convocada com sete dias de antecedência e não com os oito dias. Referiu que não causou um problema de maior, mas com o carnaval e consequentemente tolerância de ponto, no meio, poderia ter causado alguns constrangimentos. Disse que a legalidade é boa para o bom funcionamento dos órgãos, mas também deve ser cumprida quanto à notificação dos mesmos. Referiu que é um dever não obstaculizar o que pode ser de importância para o município. Frisou que não é adequado receber documentos importantes, como é o caso do orçamento ou prestação de contas, com 48 horas de antecedência, impedindo uma análise séria e aprofundada, bem que esteja previsto no regimento. Deste modo, apelou para que este procedimento seja alterado.

O senhor presidente da Mesa referiu que em assembleias anteriores, é comunicado antecipadamente, o dia em que irá realizar-se a assembleia, procedimento que continuará a ser feito. De seguida, propôs que a câmara diligencie que quando for enviada a convocatória para os membros da assembleia, sejam remetidos os documentos de apoio, salvo raras exceções, por forma a permitir que todos possam analisá-los adequadamente. Referiu que caso não seja cumprido este formalismo, no final do ano, proporá uma alteração regimental.

O membro Carlos Amaral deu a conhecer as referências e observações do Tribunal de Contas, sobre o estado de degradação dos serviços públicos em Portugal. Disse que aquele Tribunal reconhece que apesar do Governo ter aplicado mais recursos

financeiros, permanece um sentimento generalizado de que os serviços públicos se têm degradado e que existe “uma tendência de perda de competitividade da economia portuguesa perante os parceiros da União Europeia”. Continuou salientando as prioridades referenciadas pelo Tribunal de Contas, nomeadamente a descentralização e o controlo de reformas e investimentos com fundos europeus, apesar dos alertas sobre o ritmo lento da aplicação do PRR. Abordou a descentralização como outros dos grandes eixos de ação

De seguida, abordou os problemas do serviço público do concelho, quer seja na Conservatória do Registo Civil, no Tribunal Judicial, as greves dos funcionários judiciais e dos professores, a falta de médicos e a falta de financiamento às Associações Humanitárias.

Por fim, refere que a sociedade está a definhar por falta de valores, correndo o risco de desmoronar, porque todos os pilares basilares de uma sociedade, como é o caso da educação, saúde, justiça e proteção civil, correm o risco de colapsar, se não forem tomadas medidas urgentes em contraciclo. Anexo 1

Seguidamente, o membro Rita Laranjeira interveio, no âmbito da carência habitacional no país. Referiu que um jovem tem dificuldades em encontrar quarto, enquanto estudante, ou alugar um pequeno apartamento a custos controlados, visto Portugal ser o país da Europa, em que o valor dos arrendamentos mais aumentou, nos últimos anos. Frisou que ao problema, é acrescido uma crise económica provocada pelo pós-covid, agravada pelo conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, que tem originado uma retração ao investimento e um aumento brutal da inflação e dos juros, trazendo desconfiança nos mercados. Apesar do Governo ter lançado programas, os mesmos não têm tido o efeito desejado, pelo que apelou a que o tema da habitação seja discutido sem debate ideológico e que as propostas sejam claras, ouvidos a sociedade e os demais órgãos institucionais. Refere ainda, que o Estado deve cuidar do seu património, dando o devido exemplo. Por fim, cita o exposto no artigo 65ª da Constituição da República Portuguesa, em refere: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Anexo 2

O membro Rui Santos iniciou a sua intervenção felicitando o membro Ana Laranjeira, por ter reforçado o que há muito têm evocado, relativo à falta de soluções e de verbas, que fomentem habitação a custos controlados. Congratulando-se e subscrevendo as preocupações referenciadas na sua intervenção, referiu que o assunto

fazia parte do programa eleitoral do PS e que já votaram contra, orçamentos e revisões orçamentais, por não ser incluído verbas e ações que fomentem a habitação. Disse que em vários países, incluindo Dinamarca e Irlanda, têm políticas aprovadas de arrendamento compulsivo. E, que em Portugal a proposta que tem sido falada, apesar da “agitação política”, está em discussão pública. Referiu que é bom que haja preocupações e soluções nesse âmbito, quer seja no país, quer seja no concelho, pois caso nada seja feito poderá vir a condicionar a curto prazo o desenvolvimento do concelho e o bem-estar das pessoas, sobretudo por não haver fixação de pessoas por dificuldade habitacional.

Respondendo ao membro Carlos Amaral, disse prezar muito o Tribunal de Contas, órgão indispensável ao funcionamento dos organismos. Referiu que o mesmo faz auditorias e conseqüentemente relatórios, sendo que quando se aborda situações muito genéricas, podem surgir dúvidas, exemplificando com um caso concreto que teve entre mãos, enquanto diretor geral de educação do centro. Referiu que relativamente às questões da educação que foram evocadas, necessitaria de tempo para poder explicar algumas razões. Disse que há reivindicações que têm fundamento, em detrimento de outras. Contudo, lembrou que um dos grandes problemas é o facto, de muitos profissionais, quer sejam professores, médicos ou outros, não quererem trabalhar em zonas mais rurais ou do interior, o que provoca alguns problemas, com erros cometidos pelos governos quer sejam do PS, quer sejam do PSD. Disse que as conseqüências da guerra podem vir a ser muito complicadas: aumento da inflação, desvio de verbas para investimento na defesa, esperando, contudo, que não haja necessidade de enviar pessoas para combater. Os dados da economia portuguesa em 2022, dementem o Tribunal de Contas, por ser o 2º país da União Europeia que mais cresceu, não estando a perder competitividade, bem que não se saiba o virá a seguir.

O membro Carlos Amaral voltou ao debate, disse que concorda com algumas coisas que o membro Rui Santos referiu, se bem que outras não, mas que aquilo que falou, em nada abalam a realidade na falha dos serviços cuidados básicos e primários, no concelho. Referiu que se não houver investimento e abertura de procedimentos concursais, haverá um desinvestimento. Reforçou que no concelho de Tondela, não há conservador, as escolas estão com os problemas conhecidos de todos, assim como a justiça e a saúde, realidade transversal a todo o país. Pediu uma reflexão sobre se queremos uma sociedade que crie valores e que acrescente qualidade de vida às pessoas ou uma que não o faça.

O membro Rui Santos referiu que já havia médico na extensão de saúde de Molelos, ao que o membro Carlos Amaral respondeu que o citado médico já tinha regressado às suas funções.

Período da Ordem do Dia

2.1 Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

A senhora presidente da Câmara apresentou as atividades mais relevantes, efetuadas pela Câmara, desde a assembleia de dezembro, até à presente data. Período que coincide com o término no ano civil de 2022 e início de 2023, pelo que houve carregamento do novo orçamento e plano de atividades. Referiu que este início de ano tem sido as consequências do conflito armado, principalmente o setor da construção civil e das obras públicas, que continuam a sentir o aumento das matérias primas, trazendo consequências na execução das empreitadas, que provoca uma continua prorrogação de prazo de execução.

Informou que esteve presentes em vários fóruns, na CCDRC e na CIM Viseu Dão Lafões, do novo quadro comunitário 2030. Participou em reuniões: com a AINTAR para preparação do início das obras do sistema norte; diversas entidades, no sentido de promover e articular as melhores respostas para o concelho, nomeadamente com o chefe de gabinete do senhor ministro da saúde, com a senhora juíza presidente da comarca de Viseu. De seguida, disse que na reunião com o senhor chefe de gabinete do senhor ministro da saúde foi evocado a transferência de competências, tendo sido transmitido que há outros assuntos que são muito mais prioritários. Registou com tristeza por ter ouvido um membro da assembleia, que com um sorriso/gargalhada referiu-se à falta de médicos em Molelos. Disse que a falta de médicos no concelho não pode ser motivo de sorrisos ou de gargalhadas, por ser um assunto demasiado importante, pois há pessoas que têm de se deslocar vários quilómetros para poderem ir ao médico.

Referiu que têm trabalhado na elaboração de candidatura, no âmbito do PRR, para a unidade de saúde de Tondela e para o polo do Caramulo. Disse que caso não haja aprovação da candidatura de Tondela com brevidade, é intenção submeter à assembleia uma alteração da fonte de financiamento desta obra, para que a obra se possa iniciar antes do final do 1º semestre do presente ano. Continuou apresentando, em imagens as atividades desenvolvidas desde a assembleia de dezembro de 2022. Anexos 3 e 4

O membro José António Matos referiu que a assembleia reúne pela 8ª vez no atual mandato e que aquando da apresentação da candidatura, tinham a firme convicção que a participação exigia pesquisa, trabalho e resiliência, pois em Democracia, nem todos pensam de forma igual. Julga que os eleitos têm como motivação lutar por um concelho melhor e fazendo uma análise, ficam de consciência tranquila por terem feito o melhor, mas, apesar das suas contribuições terem sido acolhidas com interesse, não viram continuidade no debate institucional ou na sua execução. Recordou os temas abordados: questões ambientais - sobre RSU, compostores domésticos; participação cívica; Conselho da Diáspora; património – Museu Terras de Besteiros e Central Hidroelétrica dos Pisões.

De seguida, como persistente que é e porque acompanha o processo há mais de dois anos, recordou a sua intervenção, de 23 de setembro de 2022, quando questionou a senhora presidente da Câmara, sobre a parceria entre a Câmara e a APA, para eventual musealização da Central Hidroelétrica dos Pisões e quais as orientações, da Câmara, para a preservação desse património. Recordou ainda, as respostas dadas pela senhora presidente à Lusa, a 23 de novembro de 2022, e ao senhor vereador Francisco Coutinho, na reunião de Câmara, de 27 de dezembro de 2022. Deste modo, e porque ficaram preocupados, disse terem questionado a tutela sobre o assunto, que reafirmou que para além de ter sido feita a delimitação, está em análise a possibilidade de estabelecimento de um protocolo com a CMT, pelo que, face ao exposto, solicitou que a senhora presidente informe em que situação se encontram os contactos para a referida parceria e quais as intenções para preservação do citado património. Anexo 5

O membro Rui Santos disse que no ponto anterior não quis evocar a defesa da honra, face à intervenção da senhora presidente da Câmara, quando referiu “sorriso ou gargalhada”. Disse que foi uma tentativa de “esperteza saloia”, perante a transmissão televisiva. Referiu que todos que o conhecem sabem, que não trata seja o que for a brincar. Disse que todos que ouviram sabem qual foi o sentido da referência feita ao membro Carlos Amaral. Referiu que dentro daquilo que era as suas possibilidades, como sempre faz, independentemente de cores políticas ou outros motivos, fez as diligências possíveis para que o problema de falta de médico em Molelos fosse resolvido o mais rápido possível, como fez no caso do Recreio do Caramulo. Disse que fala com as administrações, quando as conhece, mas fala sobretudo com os deputados, que têm obrigação de tentar resolver as situações. Referiu que está para tratar de assuntos a sério e não para ter benefícios, sejam eles quais forem.

De seguida, referiu que atendendo a estar no início do ano, não se refere ao relatório, bem que a execução financeira de capital esteja abaixo da execução padrão, mas que percebe.

Questionou como justifica, que tendo havido uma linha de financiamento específica, que é atribuída à Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no âmbito dos bioresíduos, dos 14 municípios, só o de Tondela não apresentou candidatura, tendo Castro Daire aproveitado, com a apresentação de duas candidaturas. Disse que não entende a explicação dada em reunião de Câmara, e que tal situação pode indiciar não haver preparação suficiente para desenvolver e elaborar candidaturas.

O membro Martinho Rodrigues referiu ter conhecimento que existem muitos atrasos nos licenciamentos de obras particulares, o que prejudica e agrava o desenvolvimento do concelho, pelo que questionou as razões de tal demora. De seguida, questionou o motivo, igualmente da demora no serviço de limpeza de fossas sépticas, para quem não tem ramal de saneamento para poder efetuar a devida ligação.

A senhora presidente da câmara respondeu ao membro José António Matos, que relativamente à Central Hidroelétrica dos Pisões, reiterou que é propósito da Câmara agilizar perante a APA. Informou que foi contactada por essa instituição para celebração de um protocolo que permita a cedência do edifício, de modo a dar continuidade ao processo.

Ao membro Rui Santos, referiu que relativamente à candidatura dos bioresíduos, a Câmara inicialmente demonstrou interesse e para a qual a CIM Viseu Dão Lafões se pré-candidatou. Disse que quando ocorreu o momento de apresentar essa candidatura, os serviços de fundos comunitários tinham em mãos processos inerentes às candidaturas que estão em execução, o que impediu a submissão da citada candidatura. Referiu que em 2022, a grande prioridade era executar as candidaturas aprovadas, para as quais existe despesa, pelo que houve necessidade de as submeter, de modo a poder receber a devida receita. Disse que em reunião de Câmara, foi dito que o município de Tondela era um dos municípios com a pior taxa de execução de fundos comunitários, ora de acordo com os dados do PO Centro, o município de Tondela tem uma taxa de execução, que a 31 de dezembro de 2022 era de 67,3%, superior à média da CIM Viseu Dão Lafões, que é de 53%. Informou, ainda que a 31 de dezembro de 2022, o município de Tondela tinha submetido aos fundos o montante de 7 886 000€, tendo recebido o montante 6 946 560€. Referiu que os dados confirmam a capacidade do executivo na execução das candidaturas. Seguidamente, disse que existe uma diferença de cerca de

47% entre a execução da receita e a execução da despesa, originado em grande parte devido ao aumento das matérias primas.

Ao membro Martinho Rodrigues, reafirmou que uma das prioridades de 2022, que continuaram em 2023, a recuperação de processos de urbanismo, tendo sido possível com a equipa de técnicos reforçada. Relativamente à limpeza de fossas, referiu que houve uma anomalia e avaria do trator afeto a esse serviço, que foi comunicado à AINTAR, por ser essa associação a entidade responsável, bem que os municípios que a integram estejam a colaborar durante o período transição.

2.2-Analise e votação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e três

A senhora presidente da câmara informou que a 1ª alteração modificativa decorre da incorporação do saldo de gerência, no valor de 7 745 791,82€. Nesta alteração, referiu que o referido montante foi distribuído por rúbricas, de acordo com as principais necessidades, nomeadamente na área da proteção civil, na necessidade de concretização de compromissos do passado, na aquisição de parcelas de terrenos e de imóveis, assim como de custos decorrentes de funções sociais e na rúbrica para transferências para as juntas de freguesias e para o movimento associativo.

O membro Andreia Sousa tomou da palavra referindo que o saldo de gerência de 2022, de cerca de 7 745 000€, para ser utilizado é necessária uma revisão orçamental, que implicou um reforço de verbas nas rúbricas e que a avaliar pela distribuição, parece-lhes adequada às necessidades do concelho.

Disse que analisados os documentos enviados, verificaram uma execução orçamental da despesa de cerca de 65,5%, e da receita de cerca de 85,6%, o que demonstra esforço e empenho do executivo. Referiu que os dados deixam cair por terra o argumento da oposição, que Tondela é o município da CIM com a execução mais baixa, quando de facto é o 5º e o 2º com maior valor absoluto em fundos aprovados. Por fim, disse que os dados reforçam que o executivo tem sabido articular e dar resposta aos desafios a que se propõe. Anexo 6

O membro Rui Santos disse que é evocado na comunicação social, num valor de gerência de 7 745 791,82€, e se tal acontece é porque não foi executado em 2022, independentemente das razões que podem haver. Lembrou que a execução final, nas despesas de capital, que consta no mapa demonstrativo, de 54%, em termos contabilísticos está correta, mas em relação ao orçamento inicial apresentado, o

orçamento corrigido tem cerca de oito milhões a menos, porque se assim não fosse a execução era de 44%. Disse ter consciência que há dificuldades, mas não podem ser utilizados argumentado imprecisos. Referiu que a senhora presidente evocou algo que é correto, que por atrasos, por responsabilidade local ou por responsabilidades das entidades financiadoras, e com os atrasos da execução e o aumento dos custos, reduziu a participação real das obras, prejudicando os municípios.

Disse que quando viu a alteração modificativa e constatou 250 000€ para aquisição de terrenos, convencendo-se que iria haver propostas, no âmbito da oferta habitacional a custos controlados. Referiu que de acordo com a justificação dada em reunião de Câmara, verificaram que não era, bem que tenha havido um compromisso para encontrar soluções de aquisição de terrenos para uma futura proposta de oferta habitacional a custos controlados, de modo a permitir a fixação de pessoas.

Referiu que houve reforço para transferências para as freguesias. Disse que a transferência de competências que está prevista na Lei, já deveria ter avançado e que as regras para os apoios deveriam ser claras, regras essas que também deveriam ser claras no acompanhamento da execução.

Por fim, disse que por essas razões, iriam abster-se.

O membro Ana Rita Laranjeira referiu que o problema da habitação não é apenas um problema do concelho de Tondela. Disse que a Câmara encetou medidas no sentido de superar esse problema, com: contratualização de quatro técnicos para a área do urbanismo; criação de um grande trabalho para estudar a viabilidade de ARU's em todas as freguesias; desagravamento da taxa de IMI para prédios em ruínas e devolutos e apoios a famílias com carências habitacionais, com a celebração de protocolo com a Associação Just a Change.

Questionou se é pouco, ao que do seu ponto de vista, o importante é haver sinais claros e que estão a ser dados passos para solucionar esse problema. Anexo 7

A senhora presidente da câmara referiu que se existe um saldo de gerência é porque o valor não foi gasto e que o documento inicial que é aprovado é um documento previsional, elaborado com expectativa da receita e da despesa. Disse que para a receita contribui, entre outras, candidaturas que se possa vir a realizar-se, pelo que quando é aprovado o orçamento não é possível saber o resultado. Referiu que de acordo com as boas regras da execução, que no final do ano o orçamento deve ser corrigido, para traduzir a realidade da execução orçamental, por isso houve uma redução entre o que inicialmente estava previsto e com o efetivamente foi executado. Disse que os oito

milhões referenciados, dizem respeito entre outras, à candidatura à comunidade de serviços da ZIM, de cerca de dois milhões de euros, e à redução das transferências do fundo de equilíbrio financeiro, de cerca de um milhão de euros. De seguida, referiu que comparados a anos anteriores, o desvio padrão é menor, quer na despesa, quer na execução dos compromissos.

Relativamente à habitação, disse que o executivo tem vindo, ao longo dos anos, a construir oportunidades e políticas públicas, para apoio a todos os que necessitem tenham acesso a habitação social, habitação a custos controlados ou rendas resolúveis. Referiu que é uma prioridade há muito definida, com projetos como a construção do bairro das Colmeieiras, as intervenções no bairro do Fomento e no bairro da Noruega.

Relativamente à verba de 250 000€, disse que é para regularização de compromissos anteriores, sendo alguns para aquisição de edifícios e de terrenos. Informou que estão a ser feitas avaliações para a possibilidade de aquisição de alguns terrenos, para poder dar oportunidades a quem necessite. Relembrou as políticas recentes implementadas, tal como: redução de IMI e de IRS, criação de grupo de trabalho, com técnicos de vários departamentos, para criação de novas ARU's.

De seguida, informou que o compromisso com as juntas/uniões de freguesias, é durante o ano de 2023, iniciar o processo de negociação para a delegação de competências nas juntas de freguesias, de modo a ser comunicado à DGAL o protocolo de delegação de competências, para que sejam efetivadas no próximo ano. Para o ano de 2023, disse que serão celebrados protocolos com as juntas de acordo com os critérios anteriormente estabelecidos.

Colocado à votação, a 1ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2023, foi aprovado por maioria, com as abstenções dos membros: Helena Coimbra, Rui Santos, Rita Rosa, Rui Filipe Figueiredo, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Martinho Rodrigues, Fernando Santos Silva, Vítor Mota. Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Mafalda Albuquerque, Ana Rita Laranjeira, Alfredo Leitão, Carlos Amaral, Bernardo Marques, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Paulo Bizarro, Paulo Dinis e Pedro Santos.

O membro Rui Santos entregou uma declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de voto de abstenção na proposta da 1º Revisão de 2023 do PPI e Orçamento da Câmara Municipal de Tondela para 2023.

Os eleitos do PS para Assembleia Municipal de Tondela e para a Câmara Municipal são subscritores de programa político de candidatura claro e com um largo conjunto de medidas concretas que consideram indispensáveis para o desenvolvimento económico e social do Concelho e, por isso preparam as reuniões dos órgãos autárquicos em conjunto, como deve ser a prática dos partidos que apostam na democracia participativa.

Assim, tendo em conta o compromisso assumido pela maioria da Câmara de avançar rapidamente com a concretização de um processo que leve à disponibilização de terrenos para construção de habitação a custos controlados no âmbito das novas medidas das novas Políticas de habitação, os eleitos do PS na Assembleia Municipal abstiveram-se na votação agora realizada pelos motivos expostos na declaração de voto apresentada pelos Vereadores do PS na Reunião extraordinária da Câmara Municipal de 20/2, que se transcrevem:

“Da análise do documento apresentado há duas razões substantivas que nos impeliram para o benefício da dúvida e para o voto de abstenção.

A primeira sobre o aumento da dotação para transferências para freguesias, que sempre defendemos, ainda que sem serem definidas regras claras prévias de critérios de distribuição e de controlo de execução. Tal só será possível quando for criado um quadro transparente de delegação de competências para as freguesias previsto por lei e que esta Câmara tem adiado a implementação.

A segunda é relativa à construção de habitação social e a custos controlados. O executivo afirmou estar a avaliar várias situações no concelho, nomeadamente o terreno urbanizado na Avenida Afonso Costa, em Campo de Besteiros, e o bairro do Fomento em Tondela, este último, propriedade do Município.

O que é um facto é que não há verbas inscritas na 1ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e três que dêem corpo a essa vontade. No entanto, como nos foi dito, há rubricas abertas com verbas consideráveis para a aquisição de terrenos e que poderão ser reforçadas para viabilizar os empreendimentos, assim a Câmara leve a termo as diligências que diz estar a fazer. Considerámos que as nossas preocupações nesta área começam a produzir efeitos nas iniciativas do executivo, pelo que também damos o benefício da dúvida.

No entanto continuamos a sinalizar a inaceitável ausência de investimento num plano de mobilidade estratégico que enquadre as ZIM, modos de deslocação suave e transportes coletivos.

Continua a fraca abordagem municipal à valorização do património ambiental, como motor de desenvolvimento - ausência de projetos a candidatar quando as perspetivas e as orientações do PRR e outros instrumentos de desenvolvimento apontam nesse sentido. A título de exemplo, como se poderá justificar o facto de a Câmara Municipal de Tondela, no âmbito do programa RecolhaBIO - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de bio resíduos, tenha aprovado uma candidatura conjunta no âmbito da CIM Dão Lafões, no valor de 540.976,49€, e depois não tenha apresentado projeto correspondente aos 58.740,62€, que lhe couberam no rateio feito entre os pares? Ficaram por atribuir esses 58.740,62€, mais uns trocos, no total de 59.148,88€, que dada a grande vontade manifestada pela Câmara de Castro Daire lhe foi atribuída e utilizada na aquisição de um bio triturador elétrico. Em Tondela, pelos vistos, não é preciso nada na área da recolha seletiva de bio resíduos.

Mais uma vez protestamos pela não cabimentação de obras relativas às infraestruturas básicas de água e saneamento na Vila de S. João do Monte (S. J. Monte e Abóbada).

Continuamos a relevar a incapacidade crónica de execução das receitas de capital que no ano de 2022 atingiram apenas 44%, já que houve uma redução de receitas de capital previstas de cerca de 8 000 000€ em relação ao orçamento inicial, por incapacidade de execução de candidaturas ou de apresentação das mesmas.”

Tondela, 24/02/2023

O Grupo Municipal do PS.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3. Análise e votação da alteração ao mapa de pessoal de 2023

A senhora presidente da câmara informou que a alteração ao mapa de pessoal tem a ver com a necessidade de criação de duas vagas no gabinete de planeamento municipal de mais uma vaga no serviço de economia e finanças. Disse que estas três vagas são necessárias para fazer face às exigências do novo quadro comunitário e de futuros avisos no âmbito do PRR.

O membro Rui Santos referiu que de acordo com a ata da Câmara e a uma pergunta efetuada pelo senhor vereador Fernando Sousa, de qual o perfil pretendido para os técnicos do gabinete de planeamento estratégico, o senhor vereador João Carlos Figueiredo respondeu que aquando da abertura do procedimento concursal, seria definido, mas que uma área seria de marketing. Ora, atendendo que é para o gabinete de planeamento e estratégico, questionou o motivo a necessidade de um técnico de marketing.

A senhora presidente respondeu que a área pretendida é marketing territorial, para promoção do território.

Colocado à votação, a alteração do mapa de pessoal de 2023, foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Mafalda Albuquerque, Rui Filipe Figueiredo, Ana Rita Laranjeira, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Bernardo Marques, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis e Pedro Santos.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4-Análise e votação de Contratos interadministrativos a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta/ Uniões de Freguesias, no âmbito do projeto "Saúde em Dia"

Não houve intervenções.

Colocados à votação, os contratos interadministrativos foram aprovados por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Mafalda Albuquerque, Rui Filipe Figueiredo, Ana Rita Laranjeira, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Bernardo Marques, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto

Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis e Pedro Santos.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5-Análise e votação do Contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Dardavaz

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Mafalda Albuquerque, Rui Filipe Figueiredo, Ana Rita Laranjeira, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Bernardo Marques, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis e Pedro Santos.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.6 Análise e votação do Contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Ferreiros do Dão

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Mafalda Albuquerque, Rui Filipe Figueiredo, Ana Rita Laranjeira, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Bernardo Marques, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto

Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis e Pedro Santos.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7. Análise e votação de libertação de saldos remanescentes de Contratos interadministrativos celebrados com o Município de Tondela

Não houve intervenções.

Colocados à votação, a libertação dos saldos remanescentes dos contratos interadministrativos foram aprovados por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Mafalda Albuquerque, Rui Filipe Figueiredo, Ana Rita Laranjeira, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Bernardo Marques, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis e Pedro Santos.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8. Análise e votação de aditamentos a contratos interadministrativos, celebrados entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo:

a) 9/EDU/2022

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o aditamento ao contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Mafalda Albuquerque, Rui

Filipe Figueiredo, Ana Rita Laranjeira, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Bernardo Marques, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis e Pedro Santos.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8. Análise e votação de aditamentos a contratos interadministrativos, celebrados entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo:

b) 10/EDU/2022

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o aditamento ao contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Mafalda Albuquerque, Rui Filipe Figueiredo, Ana Rita Laranjeira, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Bernardo Marques, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis e Pedro Santos.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.9. Análise e votação da Carta Educativa de Tondela

A senhora presidente da Câmara informou que o documento apresentado cumpre uma série de parâmetros e obrigаторiedades do ponto de visto do cronograma impostas pela DGEstE, que mereceu o seu parecer favorável desse organismo. Disse que é um instrumento que permite o planeamento, organização dos edificios e dos vários instrumentos educativos, assim como das ofertas educativas e das necessidades a satisfazer. Referiu que aprovado a carta educativa, é propósito definir a estratégia municipal de educação, através da elaboração de um plano estratégico de trabalho.

O membro Rui Santos lembrou que quando apareceram as cartas educativas, o objetivo era concluir a rede escolar, que implicava, ou deveria ter existido, a análise dos fluxos dos alunos e a evolução populacional. Saudou a iniciativa de ter uma estratégia municipal de educação. Referiu que estão perante um documento que esteve previsto para a assembleia de dezembro, tendo sido submetido à câmara em novembro, onde o senhor vereador João Carlos Figueiredo concordou com uma série de questões que foram levantadas. Disse que o documento se baseou nos censos de 2011, que não são os mais atualizados. Referiu que o documento não vai até onde acham que deveria ir, deixando de fora as questões que atualmente são mais relevantes, que dizem respeito às instalações, pelo que se irão abster-se.

O membro Felisberto Figueiredo referiu que a carta educativa é um instrumento de política educativa, que permite assentar uma estratégia de desenvolvimento educativo, sublinhou que é um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edificios e equipamentos, de acordo com as ofertas e formação, tendo em vista a melhoria dos recursos educativos, no âmbito do desenvolvimento demográfico e socioeconómico.

De seguida, recordou a evolução da oferta educativa no concelho de Tondela, ao longo dos últimos 50 anos. Referiu que compete ao município proporcionar os meios e recursos, para que não faltem os meios necessários à comunidade escolar, devendo auscultar a sociedade e propor desafios, que possam ser calendarizados, aferidos e avaliados. Realçou a importância na estratégia política educativa, a inclusão dos recursos culturais. Anexo 8

A senhora presidente da câmara referiu que o documento presente é uma revisão ao primeiro, de 2007. Lembrou que desde aí muito mudou, principalmente no que diz respeito, infelizmente, à demografia. Disse que houve necessidade dessa revisão, que foi imposta e encerrado antes de conhecidos os dados finais dos censos de 2021. Informou que o documento não foi submetido à assembleia de dezembro, por esta ter uma ordem

de trabalhos muito extensa, nada tendo a ver ao conteúdo do mesmo, e por entender que um documento desta natureza deveria ter o tempo necessário e que merece para a sua discussão.

No que concerne ao compromisso de elaboração do plano estratégico educativo municipal, referiu que têm vindo a trabalhar de modo a definir a sua estrutura, esperando que em breve possa ser apresentado para apreciação e votação.

Colocado à votação, a carta educativa de Tondela, foi aprovado por maioria, com as abstenções dos membros: Helena Coimbra, Rui Santos, Rita Rosa, Rui Filipe Figueiredo, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Martinho Rodrigues, Fernando Santos Silva, Ana Maria Duarte, Vítor Mota Mário Simões e Paulo Dinis.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Mafalda Albuquerque, Ana Rita Laranjeira, Alfredo Leitão, Carlos Amaral, Bernardo Marques, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, , Paulo Bizarro, Pedro Santos e Paulo Roberto.

O membro Rui Santos entregou uma declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de voto de abstenção na proposta de Carta Educativa do Município de Tondela

Na linha das opções políticas programáticas que os eleitos do PS para os órgãos municipais defenderam nos seus programas de candidatura em 2021, tendo em conta que há obrigação legal de o Município deve ter uma Carta Educativa, mas que a proposta que nos é apresentada, que foi retirada a pedido da CM da última ordem do dia da desta Assembleia não sofreu qualquer correcção relevante e até ao Sr. Vereador João Carlos Figueiredo merece muitas reservas, como se conclui da deliberação na reunião de 8 de Novembro de 2022. Os eleitos do PS abstiveram-se na votação. Assumimos como nossas a posição apresentada na reunião atrás referida pelo Sr. Vereador Fernando Sousa em Nome do PS, que a seguir se transcrevem.

“Enquanto instrumento prático de apoio ao desenvolvimento deixa muito a desejar. Parece mais uma declaração de intenções, centradas numa agenda política pouco sustentada em dados e construída com muito pouca participação de todos os interessados. -

Depois de 53 páginas de caracterização demográfica desatualizada, essencialmente Censos 2011, as restantes 72 páginas revelam um documento muito incompleto, por vezes desligado da realidade. Não usa um elevado nº de dados existentes nas estatísticas da educação. Não nos comparam com as outras escolas da NUT III, com a NUT II e com o resto do país, o que seria essencial para orientar os esforços que, eventualmente, seria necessário fazer nos vários domínios.

Não estando apoiadas em dados, é muito difícil indicar e justificar medidas concretas e isso nota-se nesta proposta de carta educativa.

Para nós, uma verdadeira carta educativa, enquanto instrumento de desenvolvimento estratégico do concelho, pilar fundamental na definição da sociedade futura tem de ter cinco capítulos fundamentais de diagnóstico, análise e perspetivação futura

- 1^o - Escola inclusiva, de todos e para todos; -
- 2^o - Sucesso educativo;-----
- 3^o - Indisciplina, absentismo e abandono;
- 4^o - Escola a tempo inteiro e
- 5^o - Oferta formativa

Com o decreto-lei 54/2018 de 6 de julho, o ensino inclusivo passou a ser uma prioridade fundamental que deve estar bem vincada nos documentos orientadores de toda a política educativa, seja ela local, regional ou nacional. No presente documento não transparece essa prioridade e qualquer observador exterior não encontra elementos suficientes para caracterizar minimamente o estado da aplicação do referido quadro legislativo. Em metade da página 91 apenas se refere à evolução nos 2 agrupamentos do número de alunos com Relatório Técnico Pedagógico desde o ano letivo 2017/2028 (PEI) até 2019/2020. Centrando-nos nos valores de 2019/2020 nos 2 agrupamentos haveria 129 alunos com RTP, um número bastante elevado, mas nada nos é dito sobre: distribuição dos alunos com medidas seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão; distribuição por nível de ensino ou por idades, distribuição dos alunos por sexo; distribuição por freguesia, caracterização das problemáticas que justificam as medidas, número de alunos que são identificados sem diagnóstico precoce, número de crianças acompanhadas pelas equipas, nomeadamente a equipa local de intervenção precoce (caracterização por idades, sexo, problemáticas etc); recursos disponibilizados nas escolas/agrupamentos, caracterização dos procedimentos que estão implementados e que permitem chegar às medidas e à sua implementação. -

Também consideramos fundamental caracterizar as condições físicas dos centros de apoio à aprendizagem e as unidades de ensino estruturado, envolvimento dos pais;

Também nada é referido relativamente à implementação de medidas universais que as escolas disponibilizam para todos os alunos e que de alguma forma permitem aferir o esforço que a comunidade escolar faz, de uma forma sistemática e contínua, para assegurar o sucesso e a educabilidade universais essenciais para a inclusão. Nada é dito sobre as escolas de referência que apoiam a nossa comunidade e quantos alunos com medidas seletivas ou adicionais as frequentam e que tipo de apoio a autarquia lhes presta. Há escolas de referência? Em lado nenhum se referem os centros de apoio à inclusão e os centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial.

Também seria essencial inventariar e caracterizar os recursos da comunidade, nomeadamente das empresas, da formação profissional, do emprego, da segurança social, da saúde e da cultura que cooperam e complementam a ação dos agrupamentos. O que é dito sobre as escolas sob alçada dos agrupamentos é extensível às creches, à Escola Profissional de Tondela, à Assol, à Vários e à casa de acolhimento residencial Convívio Jovem, esta última estrutura sem qualquer referência na proposta de carta educativa.

Quanto ao sucesso educativo, sem comparação com as outras escolas da nossa NUT, com a NUT II e com o panorama nacional, todas as premissas enunciadas nesta carta não passam de meras conjeturas. Há inclusive testes internacionais que também caracterizam o comportamento dos nossos alunos.

Por outro lado, sucesso escolar também pode ser avaliado pela percentagem dos alunos dos cursos voltados para o prosseguimento de estudos que entram na 1ª opção de candidatura e quantos alunos das escolas profissionais entram para o mercado de trabalho na área em que se capacitaram. Seria fundamental fazer essa caracterização e, com tanto tempo a elaborar esta proposta, não se percebe porque não foi feita.

Também nos parece que será fundamental procurar saber do sucesso dos alunos que prosseguiram estudos superiores. Quais os cursos que escolheram e, ao fim de algum tempo, por exemplo uma década, por onde é que eles andam? Seria também um desígnio estratégico fundamental do concelho evoluir no sentido de fazer com que alguns desses qualificados quadros possam trabalhar em prol do desenvolvimento do

concelho. Temos a ideia de que há altos quadros de tondelenses em Portugal e no Mundo, mas precisamos de dados. A carta educativa deveria sinalizar o maior número possível desses quadros e programar ações ou infraestruturas no sentido de lhes captar a atenção - precisamos deles para contrariar o despovoamento e o empobrecimento.

Acerca da indisciplina, absentismo e abandono não foram convenientemente apresentados números: Quantas medidas disciplinares foram aplicadas? que tipo de medidas? Quantas intervenções da Escola Segura? Quantos casos tratados pela CPCJ? Há pouco abandono, mas há, quais as razões do abandono? Só assim poderemos chamar a atenção para os aspetos positivos e negativos e manter a comunidade vigilante prevenindo eventuais retrocessos.

Acerca da análise da situação e das medidas propostas para a escola a tempo inteiro, nomeadamente das medidas de apoio à família faltam dados relativos à capacidade de resposta em termos de prolongamento de horários e em termos de apoio ao serviço de refeições.

Considerando a expansão industrial do concelho poderia ter sido encomendado um estudo prospetivo junto da população laboral no sentido de criar ou estimular o aparecimento de novas infraestruturas de apoio às famílias, nomeadamente creches, prolongamento de horários, com atividade física, cultural e de lazer que favorecessem o desenvolvimento integral da criança e que fossem atrativos para as respetivas famílias. ---A oferta formativa do concelho não é mais do que um inventário dos cursos, da oferta desportiva, da oferta cultural do Museu e da Rede de Bibliotecas e ainda uma referência às festas e romarias. Falta claramente a necessidade da definição de um currículo de base local, cientificamente sustentado e que convoque para a sua implementação todas as forças vivas da comunidade educativa.

Para um programa cultural eclético e diversificado, qual o contributo da ACERT, da Filarmónica de Tondela do coro Polifónico, do Rancho folclórico X, Y ou Z?

Para um programa de desenvolvimento artístico, qual o contributo dos artesãos, qual o contributo do programa dos museus, qual o programa de aquisição de arte pública?

Sobre as festas e romarias, onde está o programa educativo que nos permite distinguir o lazer e aquilo que as pessoas querem ver e ouvir, daquilo de que todos precisamos: saúde, não discriminação, ecletismo, diversidade, interculturalidade, rigor e qualidade.

Para a aquisição de bons hábitos de saúde, qual o papel dos clubes desportivos, qual o contributo do Centro de Saúde, qual o contributo das empresas de alimentação e restauração? De que forma o plano municipal de mobilidade suave se incorpora na carta educativa?

Para nós é preciso envolver os cidadãos, ouvi-los e fazê-los participar. O modelo das cidades educadoras é um excelente exemplo de como se estabelecem compromissos e redes, de recursos e de infraestruturas em favor da educação de todos os cidadãos.

No documento agora em análise não há qualquer sinal, nem perspectiva de qualquer compromisso em tomo da educação inclusiva, universal, contínua, permanente, ao longo da vida de todos os tondelenses.

Há também na proposta da carta educativa uma grave imprecisão que sinalizamos na Pa reunião de câmara deste mandato e que regularmente chamamos à atenção: durante as obras de requalificação da Escola Secundária de Tondela foram desmontadas as bancas, e respetivas pias de esgoto de das antigas salas de Ciências, em que duas delas, a D1 e a D2, funcionam como laboratórios de Biologia. Cada uma das salas tinha entre 8 a 10 bancadas de trabalho, com respetivas pias de esgoto, que foram retiradas. Após um ano letivo sem nenhuma, acabaram por ser instaladas duas bancas em cada uma das salas, o que se traduz num significativo agravamento das condições mínimas para a execução de atividades práticas pelos alunos.

As salas de Ciências Gerais, D3 e D4 também tinham entre 6 a 10 bancadas e agora não têm nenhuma. Situação idêntica se verifica nas salas de Física que funcionam no pavilhão C. O laboratório de Química, esse sim está funcional, mas só com essas instalações funcionais, o trabalho prático nessa área disciplinar também está seriamente comprometido. A situação mantém-se à data atual pelo que não poderemos aceitar que na página 1 1 1, linhas 10, 11 e 12 se afirme "Após a conclusão desta obra, a escola ficará dotada das infraestruturas mais ajustadas à prática letiva, nomeadamente no que diz respeito a laboratórios e a espaços de salas de aula". e nas linhas 16, 17 e 18 da mesma página se escreva "Tal facto leva a que a escola considere, que ao nível dos equipamentos específicos, como seja material de laboratório, várias são as necessidades que importa a tutela apoiar, de modo a atualizar, e modernizar também ao nível dos equipamentos". Aceitável seria: "Tal facto leva a que a escola considere, que ao nível

dos instalações e equipamentos específicos, como sejam bancadas e equipamento de laboratório, várias são as necessidades que importa a tutela apoiar, de modo a instalar, atualizar e modernizar"

Por fim, também nos parece muito pouco fundamentada a referência, na página 116: "Está prevista a implementação de um plano de mobilidade que potencie as ligações entre escolas e zonas industriais. " Sabemos que foi em 2020 que este documento foi redigido pelo que seria exigível que este plano estivesse pronto e que fosse do conhecimento geral. Aliás fala em implementação, onde está o plano?

A própria referência na página 121 ao plano de mobilidade urbana sustentável é contrariado pelo rumo dos acontecimentos.

Concluindo,

A nossa abstenção na votação desta proposta resulta da ponderação de três aspetos:

1 - O documento não tem a qualidade exigível a uma ferramenta de planificação e ordenamento tão importante na definição do futuro educativo do concelho;

2 - Como são possíveis revisões, desejamos uma rápida revisão da proposta de carta educativa de modo a incorporar os dados dos Censos 2021 e as estatísticas da educação, e a acolher novos contributos com maior sustentação empírica - apelamos a que sejam criados mecanismos que propiciem uma maior participação da comunidade educativa alargada;

3 - Não queremos contribuir para os eventuais constrangimentos decorrentes da não atualização da carta educativa e que poderiam comprometer alguns investimentos na área da educação."

Tondela, 24/02/2023

O Grupo Municipal do PS."

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.10. Descentralização de competências na área da Ação Social

A senhora presidente da câmara informou que houve uma prerrogativa legal que permitiu a prorrogação de prazo, até abril de 2023, para aceitação da descentralização de

competências, na área da ação social. Referiu que por um lado houve ganho no que diz respeito à transferência financeira, para as despesas correntes, por outro lado não estão reunidas as condições para a operacionalização da delegação de competências. Deste modo, é proposto a prorrogação de prazo para aceitação da delegação de competências.

Colocado à votação, a prorrogação do prazo para a aceitação da descentralização de competências, na área da ação social, foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Mafalda Albuquerque, Rui Filipe Figueiredo, Ana Rita Laranjeira, Amândio Loureiro, Alfredo Leitão, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Bernardo Marques, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.11. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O membro José António Matos lembrou que em abril, fará 49 anos que ocorreu o 25 de abril, pelo que entende ser útil e de reconhecimento da data, que a assembleia municipal pudesse fazer algo, que se iniciaria este ano de modo a festejar o 50º aniversário, data importante para a democracia portuguesa.

O senhor presidente da Mesa referiu que é uma data que deve orgulhar a todos, pela conquista de liberdade. Concordou que o município assinale a data. Sugeriu que os partidos políticos ou presidentes de junta / uniões de freguesias que lhe fizessem chegar sugestões de eventos, que gostassem de organizar ou que fizesse sentido, exemplificando com uma sessão comemorativa. Referiu que como comemoração dos 50 anos de democracia, pode ser celebrado o 25 de novembro.

Seguidamente, o membro Paulo Dinis informou que São João do Monte está disponível para que a assembleia descentralizada, possa aí ocorrer.

Continuou dizendo que tem 42 pedidos de reclamação submetidos à E- Redes, sendo alguns de 29 de setembro, e que continuam por resolver. Referiu que existe

descoordenação do serviço, pois há pedidos que de acordo com a empresa ainda não foram resolvidos, quando na realidade estão solucionados. Informou que uma das situações, numa aldeia há três postes seguidos que se encontram desligados, tendo para tal pedido esclarecimentos à E- Redes, que nunca respondeu. Disse que o problema deve ser transversal a todos, sendo o município paga a iluminação pública, para que exista um bom serviço, mas as empresas subcontratadas não o efetuam. Questionou a senhora presidente de câmara se existe outra entidade para onde possam submeter os pedidos, atendendo que muitas vezes as populações pensam que é incúria da junta de freguesia que não deu seguimento às ocorrências.

O membro Martinho Rodrigues agradeceu a sugestão dada pelo senhor presidente da Mesa, sobre as comemorações do 25 de Abril. Sugeriu criar uma comissão que envolvesse o concelho, e que pudesse ter elementos das associações, das freguesias, da câmara municipal, que envolvesse toda a comunidade e que defenda esta grande liberdade da democracia.

O membro Carlos Amaral corroborou com as situações relatadas pelo presidente da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho, não só quando existe lâmpadas fundidas, o mesmo acontece quando há alteração da linha. Informou que em Mançores há poste, para o qual já foi solicitada a sua mudança e que ainda não foi efetuado o serviço, em detrimento de poder ali passar um veículo de maior dimensão, como é o caso o dos bombeiros.

O senhor presidente da Mesa disse que pode ficar agendado para que a realização da assembleia de junho ocorra em São João do Monte.

A senhora presidente da câmara referiu que nos serviços de energia do município, não estão registados os números referidos pelo senhor presidente da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho. Informou que os serviços têm acesso à aplicação da E-Redes, onde vão monitorizando o estado das reclamações efetuadas pelas juntas/uniões de freguesia e onde a câmara efetua as suas reclamações, deficiências na rede ou anomalias. Disse que irá prontamente, junto da E-Redes diligenciar no sentido de avaliar o que está a acontecer. Lembrou que o município tem um serviço de energia, para o qual podem ser encaminhados quaisquer anomalias referente à iluminação pública, assim como para o vereador Francisco Fonseca, que tem esse pelouro, por forma a diligenciar junto da empresa a sua resolução.

Relativamente às comemorações do 25 de Abril, informou que já foram ponderados alguns contactos, para a data de maior relevância, como o convite ao senhor

General Ramalho Eanes, para estar presente, que por motivos de agenda disse não poder estar no dia 25 de abril, mas manifestou disponibilidade de estar noutra data. Referiu que o executivo está empenhado nestas celebrações, pelo que podem contar com a dignificação dessa data.

3-Período aberto ao Público

Não houve intervenções.

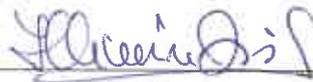
ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dezassete horas, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que é devidamente assinada por:

O Presidente:



O 1º Secretário:



O 2º Secretário:



1. cumprimentos
2. Vou fazer uma tão breve quanto possível intervenção sobre o estado de degradação dos serviços públicos em Portugal, começando pelo seguinte:

Apesar de mais verbas, Tribunal de Contas salienta “sentimento generalizado” de degradação dos serviços públicos

Tribunal de Contas reconhece também 'tendência de perda de competitividade da economia portuguesa perante os parceiros da União Europeia'.

Tribunal de Contas reconhece também " tendência de perda de competitividade da economia portuguesa perante os parceiros da União Europeia".

O Tribunal de Contas aprovou o Plano Estratégico para 2023-2025 e também o Plano de Ação para o próximo ano.

O Governo tem aplicado mais recursos financeiros nas várias áreas de governação, mas permanece um “sentimento generalizado de que a qualidade de serviços públicos prestados se tem degradado”, admite o Tribunal de Contas (TdC), no Plano Estratégico para o novo ciclo 2023-2025.

Organismo reconhece também “tendência de perda de competitividade da economia portuguesa perante os parceiros da União Europeia”.

O Tribunal de Contas diz ainda que entre os vários eixos prioritários de ação, “estão os riscos e desafios associados à sustentabilidade, à cobertura e qualidade dos serviços públicos das áreas sociais e ao controlo das reformas e investimentos com financiamento europeu”.

Estes são alguns dos aspetos mencionados na análise do ambiente externo e das “tendências que têm ou podem ter impacto, seja em termos de políticas públicas nacionais, seja quanto aos desenvolvimentos europeu e mundial”, na atividade do TdC.

Mas também “os identificados quanto à simplificação administrativa e à transformação digital, às alterações climáticas e à transição energética, à descentralização e à preparação do processo de certificação da Conta Geral do Estado”. “É inegável que os recursos financeiros aplicados nas várias áreas de governação têm vindo a crescer. “Estou certo de que o Tribunal, firmado nos seus valores de independência, integridade, responsabilidade e transparência e apoiado neste instrumento estratégico, continuará a contribuir para a melhoria, integridade



e responsabilidade da gestão financeira pública e para reforçar a confiança dos cidadãos”, diz José Tavares.

No entanto, há também um sentimento generalizado de que a qualidade de serviços públicos prestados se tem degradado e de que as entidades públicas têm uma capacidade de resposta cada vez mais frágil às necessidades que visam satisfazer”, admite o organismo.

Além disso, o TdC reconhece também, na análise das finanças públicas, que existem fatores que “acentuam uma tendência, que já antes se verificava, de perda de competitividade da economia portuguesa perante os parceiros da União Europeia, bem como de abrandamento do ritmo de crescimento económico”.

Diz ainda o presidente do TdC “Estou certo de que, ao longo do ano de 2023, o Tribunal, apoiado na dedicação e competência técnica dos seus serviços de apoio, cumprirá a sua missão e executará com eficácia o seu Plano de Ação, contribuindo para a melhoria da gestão financeira pública e prestando, desse modo, o melhor serviço aos Cidadãos”.

Controlo dos fundos europeus e descentralização entre as prioridades.



O controlo das reformas e investimentos com fundos europeus será uma das prioridades do Tribunal de Contas para o ciclo 2023-2025, um período que será marcado pela execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Com um montante total de 16,6 mil milhões de euros, têm surgido já vários alertas sobre o ritmo lento da aplicação dos fundos.

A descentralização é outro dos grandes temas que será acompanhado pelo organismo. “Entre os vários eixos prioritários de ação, estão os riscos e desafios associados à sustentabilidade, à cobertura e qualidade dos serviços públicos das áreas sociais e ao controlo das reformas e investimentos com financiamento europeu”, começa por sinalizar o TdC, em comunicado onde dá conta da aprovação do Plano Estratégico para o novo ciclo 2023-2025 e o Plano de Ação para o próximo ano de 2023.

O próprio organismo caracteriza o novo Quadro Financeiro Plurianual Europeu e o PRR como um risco e simultaneamente uma oportunidade. “O próximo período estratégico coincide com um reforço assinalável do volume de fundos europeus aplicados em Portugal, existindo um sentimento generalizado de preocupação quanto à sua execução regular e tempestiva”, lê-se no plano estratégico.

Chegados aqui, muitos de Vós estarão certamente a questionar, para não variar, mas nós estamos cá para debater e falar sobre os assuntos e os problemas do Concelho e não do País!!!

Pois, ora aí está...

Os problemas estão interligados e os munícipes bem sentem isso na pele, se não vejamos:

- a) A Conservatória do Registo Civil está sem Conservador à sensivelmente um ano e não há perspetivas de quando virá, logo, casamentos, divórcios, regulações das responsabilidades parentais, entre outros serviços, munícipe que os queira, terá que ir a outro lado...
- b) O Tribunal Judicial começou a funcionar com avinda do Dr. Nuno, mas o Dr. Luís Agostinho continua de baixa médica, não havendo juiz na bolsa para o substituir, atrasando os julgamentos na Comarca.
- c) Como se não bastasse, e sendo um Direito constitucionalmente consagrado e inabalável, que é o direito à greve, os funcionários judiciais estão em luta por melhores condições durante um mês.
- d) As greves dos Professores e dos funcionários tem causado um enorme constrangimento na educação dos alunos e na vida

dos pais, não sendo os alunos e pais do concelho alheios a tal situação.

- e) No que à saúde diz respeito, continuamos com constrangimentos nas Unidades de Saúde derivado à falta de médicos, o que leva, inevitavelmente, a uma deficiente resposta à população.
- f) No âmbito da proteção civil, continuam a estrangular, por falta de financiamento as Associações Humanitárias, o que leva a que a proximidade e a diferença entre o abandono dos mais debilitados e que se encontram mais longe de cuidados médicos fique comprometida.

Relembro que no início da minha intervenção, o TdC refere que o Governo tem aplicado mais recursos financeiros nas várias áreas de governação, mas permanece um “sentimento generalizado de que a qualidade de serviços públicos prestados se tem degradado”, admite o Tribunal de Contas (TdC), no Plano Estratégico para o novo ciclo 2023-2025.

Quem me conhece sabe perfeitamente que não sou de criticar ou de apontar o dedo por apontar, mas, lamentavelmente, vemos diariamente a sociedade a definhar por falta de valores, de moral e ética, mas muitos apenas seguem o exemplo daqueles que o deviam ser e não são, pois em face de tudo o que já disse, a sociedade corre o risco de desmoronar porque todos

7

os pilares basilares de uma sociedade como são o caso da Educação, da Saúde, da Justiça e da Proteção Civil correm o sério risco de colapsar se não forem tomadas medidas urgentes em contraciclo com o que temos visto acontecer diariamente.

Tondela, 24 de fevereiro de 2023

O Deputado da Assembleia Municipal

(Carlos Amaral)



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Tondela, Dr. Leitão Amaro, e em si, cumprimento todos os elementos da mesa;

Exma. Sra Presidente da Camara Municipal de Tondela, Eng^a Carla Antunes Borges,

Exmos. Srs Vereadores da CMT

Exmos. Srs Deputados desta assembleia,

Comunicação Social,

Público aqui presente, todas e todos os que nos estejam a acompanhar via on-line,

Os meus cumprimentos,

Hoje, é a primeira vez que me dirijo a este órgão, e permitam-me que, como jovem, partilhe convosco uma reflexão que vinha fazendo há algum tempo a esta parte, ainda estudante em Coimbra, e hoje, no primeiro emprego.

Lamentavelmente, ontem tal como hoje, a constatação de uma realidade cada vez mais crescente que é a **enorme dificuldade** em encontrar um quarto, na altura, ou o arrendamento de um pequeno apartamento a custos acessíveis, hoje.

Com efeito, hoje, fazemos parte da pior média de idade de um jovem sair de casa dos seus pais – **34 anos**, influenciado pela precariedade laboral mas, sobretudo, devido aos **preços exorbitantes do mercado imobiliário**. Portugal é, na Europa, uma das regiões, em que o valor do arrendamento mais aumentou desde 2015, tendências que já se agravam há vários anos.

O problema é, ainda, mais grave porque se tornou **inter-geracional**. Vivemos numa crise profunda, pós covid, agravada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, iniciada há, precisamente, um ano. Assistimos à retração do investimento, ao aumento brutal da inflação e das matérias primas, ao aumento de juros, trazendo desconfiança nos mercados, sobretudo **na construção civil**.

Tudo isto se traduz num enorme esforço para as famílias e não apenas para as mais carenciadas, contribuindo para o corte das suas economias.

Programas governamentais sucessivos, **lamentavelmente**, não têm surtido o efeito desejável.

- Há mais de setecentos mil casas vazias em Portugal;

- O programa de arrendamento acessível, ao fim de 3 anos, tem, somente, mil contratos assinados;

- O programa Porta 65 tem mais de 40% das suas candidaturas rejeitadas.

Criaram-se expectativas prometendo **doze mil camas para estudantes até 2022** e assistimos a relatos de estudantes que são obrigados a abandonar o ensino superior porque o seu agregado familiar não tem capacidade económica de suportar rendas avultadíssimas.

Aqui chegados, com a discussão sobre a habitação na ordem do dia,

- importa não andar a correr e legislar apressadamente;”

- importa deixar de lado o **debate ideológico**;

- importa não tomar **medidas avulso**, tornar as propostas mais claras, sobretudo aquelas que configuram maiores dúvidas na relação entre o estado e propriedade privada e a **ideia do arrendamento compulsivo** (constitucional ou não...) de casa vazias.

Em suma, importa que o estado que não **investiu** no parque público durante anos, não **cuidou** das propriedades que tem a seu cargo e dos **imoveis que tutela**, faça uma “mea culpa” e definitivamente:

- envolva a sociedade estabelecendo **regras e estímulos** com o setor privado,

- **ouça** os demais órgãos institucionais, nomeadamente, as **câmaras municipais**, promovendo a construção de habitações económicas e sociais;

- cumpra, ele próprio, a obrigação de **cuidar do que é seu**, de dar o exemplo dando as devidas respostas sociais a quem realmente necessita.

- finalmente, cumpra o estipulado na Lei de Bases da Habitação, em conformidade com o artigo 65º da Constituição da República Portuguesa que consagra:

“**Todos** tem o direito, para si e para a sua família, de uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”



SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 20 de fevereiro de 2023.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01/01/2023 a 20-02-2023

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (13,97%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECEITA TOTAL
MAP	DESCRIÇÃO	(I)	(II)	(III) (%)	(IV) (%)	(V)
Receitas Correntes		24 660 713,06	3 058 394,02 €	12,40%	-1,57%	70,64%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	5 955 901,77	361 932,95 €	6,08%	-7,89%	8,36%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	- €	- €	-	-	-
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	324 654,10	74 727,27 €	23,02%	9,05%	1,73%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 428 103,00	232 424,35 €	16,28%	2,31%	5,37%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14 828 224,00	2 181 761,09 €	14,71%	0,74%	50,39%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 905 830,19	202 205,37 €	10,61%	-3,36%	4,67%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	218 000,00	5 342,99 €	2,45%	-11,52%	0,12%
Receitas de Capital		17 715 888,00 €	1 271 449,24 €	7,18%	-6,79%	29,36%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	209 758,00 €	- €	0,00%	-13,97%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15 290 128,00 €	1 261 141,27 €	8,25%	-5,72%	29,13%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	2 206 000,00 €	- €	0,00%	-13,97%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 001,00 €	8 885,41 €	88,85%	74,88%	0,21%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00 €	1 422,56 €	142256,00%	142242,03%	0,03%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	- €	- €	-	-	-
TOTAL GERAL		42 376 601,06	4 329 843,26	10,22%	-3,75%	100,00%



Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita total de 10,22%, apresentando-se com um desvio negativo de 3,75%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que as receitas correntes representam aproximadamente 71% do valor da receita total, destacando-se a rubrica das transferências correntes como aquela que apresenta maior peso em relação à receita total com uma percentagem de 50,39%. A sua cobrança, em termos numéricos, ascende a 2 181 761,09€.

A estrutura das receitas de capital apresenta um desvio negativo de 6,79%, realçando-se o facto de já terem sido cobradas verbas referentes a transferências de capital no valor de 1 261 141,27€.

Nesta fase, salienta-se o facto de ainda não ter sido integrado em orçamento o saldo da gerência do ano de 2022.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2023 a 20-02-2023

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (13,97%)	PESO DA EXECUÇÃO DP NA DESPESA TOTAL
CDP	DESCRIÇÃO	II	III	IV(II/III) (%)	V(III-IV) (%)	VI
Despesas Correntes		23 752 268,63	1 800 204,90	7,58%	-6,39%	86,06%
01	Despesas com Pessoal	10 748 434,00 €	779 233,90 €	7,25%	-6,72%	37,25%
02	Aquisição de Bens e Serviços	10 694 724,63 €	748 264,30 €	7,00%	-6,97%	35,77%
03	Juros Outros Encargos	49 490,00 €	- €	0,00%	-13,97%	-
04	Transferências Correntes	2 161 936,00 €	261 084,31 €	12,08%	-1,89%	12,48%
06	Outras Despesas Correntes	97 684,00 €	11 622,39 €	11,90%	-2,07%	0,56%
Despesas de Capital		18 624 332,43	291 666,32	1,57%	-12,40%	13,94%
07	Aquisição de Bens de Capital	14 512 043,00 €	155 316,15 €	1,07%	-12,90%	7,42%
08	Transferências de Capital	3 371 391,43 €	136 350,17 €	4,04%	-9,93%	6,52%
09	Ativos Financeiros	18 094,00 €	- €	0,00%	-13,97%	-
10	Passivos Financeiros	721 303,00 €	- €	0,00%	-13,97%	-
11	Outras Despesas de Capital	1 501,00 €	- €	0,00%	-13,97%	-
TOTAL		42 376 601,06	2 091 871,22	4,94%	-9,03%	100,00%

Analisando o quadro síntese da execução orçamental da despesa, conclui-se que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de aproximadamente 4,94%, com uma diferença, face ao desvio padrão de -9,03%.

Observando os dados apresentados, verifica-se que as despesas com o pessoal e as aquisições de bens e serviços, são as que representam o maior peso na execução da despesa total (37,25% e 35,77%), apresentando nesta fase, taxas de execução de 7,25% e de 7,00%, respetivamente.



3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - COMPROMISSOS

Período 01-01-2023 a 20-02-2023

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP	DESIGNAÇÃO	(B)	(C)	(D) = ((C)/(B))*100%
Despesas Correntes		23 752 268,63	21 918 490,57	92,28%
01	Despesas com Pessoal	10 748 434,00 €	10 692 453,98 €	99,48%
02	Aquisição de Bens e Serviços	10 694 724,63 €	9 654 216,41 €	90,27%
03	Juros Outros Encargos	49 490,00 €	40 042,51 €	80,91%
04	Transferências Correntes	2 161 936,00 €	1 470 508,79 €	68,02%
06	Outras Despesas Correntes	97 684,00 €	61 268,88 €	62,72%
Despesas de Capital		18 624 332,43	10 082 864,94	54,14%
07	Aquisição de Bens de Capital	14 512 043,00 €	6 969 795,74 €	48,03%
08	Transferências de Capital	3 371 391,43 €	2 373 677,59 €	70,41%
09	Ativos Financeiros	18 094,00 €	18 093,78 €	100,00%
10	Passivos Financeiros	721 303,00 €	721 297,83 €	100,00%
11	Outras Despesas de Capital	1 501,00 €	- €	0,00%
TOTAL		42 376 601,06	32 001 355,51	75,52%

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, encontra-se comprometido cerca de 92% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução situa-se na ordem dos 54%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução situa-se nos 75,52%, representando um valor total de compromissos assumidos de 32 001 355,51 €.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º e n.º 4, do art.º 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, artigos aprovados na Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2023, na reunião do dia 17 de dezembro de 2022, considera-se emitida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, sempre que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos; ou
- d) Quando o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais, conforme dispõe o n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.



Face ao anteriormente exposto, verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 01-01-2023 e 20-02-2023.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01-01-2023 a 20-02-2023					
(Ao abrigo de autorização prévia concedida pelo Assembleia Municipal)					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2024	2025	2026	2027	Seguintes
Prestação de Serviços de Revisão Legal de Contas, para os exercícios de 2022 e 2023	4 264,00 €				
Fornecimento de economato para as Escolas ao abrigo da lei de transferência de competência da Educação	13 670,47 €				
Protocolo de Colaboração apoio funcionamento EIP Bombeiros Voluntários Vale Besteiros	44 000,00 €	44 000,00 €	22 000,00 €		

CONCLUSÃO

Estando temporalmente situados no início do ano de 2023, considerando a fragilidade da definição de um valor padrão, de análise de execução orçamental, face à periodicidade de algumas receitas e despesas, pode-se concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do valor padrão (13.97%), com a maior diferença a registar-se na área da despesa, com uma taxa de execução total de 4,94%.

Tondela, 20 de fevereiro de 2023

A Divisão de Economia e Finanças,



TONDELA
MUNICÍPIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Câmara Municipal de Tondela
17 de dezembro de 2022 a 24 de fevereiro de 2023

Informação escrita à Assembleia Municipal de Tondela
realizada a 24 de fevereiro de 2023

Handwritten signature in blue ink.

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea c) do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e considerando a importância de manter os membros da Assembleia Municipal de Tondela informados do trabalho desenvolvido, a Câmara Municipal de Tondela elaborou o presente Relatório de Atividades decorrentes das Atividades realizadas entre o passado dia 17 de dezembro de 2022 a 24 de fevereiro de 2023.

2. PRINCIPAIS INICIATIVAS REALIZADAS

Decorreu no passado dia 17 de dezembro de 2022 a 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tondela.

O período em análise, correspondente aos últimos dias de 2022 e primeiros de 2023, é simultaneamente um período de conclusão e de arranque de um novo ano, onde as consequências do conflito armado persistem, trazendo consigo uma possível segunda vaga do PRR.

O sector da construção civil e obras públicas continua a ser avassalado pela escassez e aumento do custo das matérias primas, originando inevitavelmente, revisões de preços de valores elevados, históricos mesmo. Valores muito além do que a tradicional estimativa orçamental prevê, levando à necessidade de reajustes neste domínio. Este aspeto adquire especial importância em obras financiadas com fundos comunitários, onde estas alterações não são consideradas em sede de financiamento.

Pautado por algumas novidades no que concerne à transferência de competências para as autarquias locais, no início de 2023, destacam-se algumas ações inerentes ao arranque do novo quadro comunitário de apoio ao 2030, com a aprovação do Programa Operacional da Região Centro 2030, com diversas apresentações públicas dos vários planos estratégicos.

A este propósito refere-se a participação no Conselho Regional da Região Centro, onde foi apresentado o Programa Nacional 2030, bem como o Programa Operacional da Região Centro 2030.

Igualmente participação na reunião para apresentação na CCDR Centro, sobre Prevenção Incêndios Rurais, Fundos Comunitários Destinados às Associações Humanitárias dos Bombeiros, realizada no dia 7 de fevereiro, com a presença de membros de governo e a presidente da CCDR Centro.

Relativamente à AINTAR, decorre ainda o período de transição de 6 meses, no âmbito

do qual o Município de Tondela continua a apoiar as várias operações desta associação intermunicipal. Salienta-se o acompanhamento realizado na manutenção das ETAR's e EE's, bem como a execução de ramais e desobstrução de coletores. As várias ações respeitantes às candidaturas continuam a decorrer, no âmbito do qual o a Execução do Sistema Norte em Tondela, encontra-se a aguardar visto do tribunal de contas.

Ainda no domínio do ambiente, reunião de articulação com o Instituto Politécnico de Viseu-Departamento de Ambiente, com vista à elaboração da matriz energética do concelho de Tondela.

No que concerne à justiça, assunto que nos continua a preocupar devido aos processos ainda em atraso, reunimos na Câmara Municipal, no passado dia 9 de fevereiro com a Sr^a Juíza Presidente da Comarca de Viseu, Dr^a Rute Sobral, onde foram abordados vários assuntos, nomeadamente a composição da equipa afeta ao Tribunal de Tondela, a possibilidade de serem reforçadas algumas áreas funcionais a ele adstritas, como família e menores, bem como as áreas existentes no piso do R/C do edifício do Palácio da Justiça. Desta reunião resultou o agendamento de uma visita às instalações no passado dia 15.

No dia 10 de fevereiro, reunimos com representantes do Ministério da Saúde e com a ARSCentro, tendo sido abordadas várias questões relacionadas com a Saúde no concelho de Tondela, nomeadamente a falta de médicos nas USF e Extensões de Saúde, falta de condições do edifício da USF de Tondela bem como a necessidade de ser intervencionada com carácter de urgência, as candidaturas apresentadas ao PRR pelo Município, e transferência de competências na Saúde.

No que concerne ao Turismo o concelho de Tondela registou, no ano de 2022, perto de 32 mil dormidas de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). Tondela foi o terceiro município da região Viseu Dão Lafões com mais pessoas a ficarem alojadas em unidades hoteleiras.

Os números conseguidos em 2022 refletem a estratégia de valorização do concelho e são o resultado das potencialidades turísticas do território e do esforço dos diversos operadores e hoteleiros instalados no concelho.

Neste capítulo do relatório, salientamos ainda o trabalho realizado na apresentação das candidaturas ao PRR para a USF Tondela e Polo do Caramulo e preparação da candidatura da escola EB23 Campo de Besteiros ao aviso de transição para o 2030.

No âmbito do apoio às juntas de freguesia, registar a reunião com a junta de freguesia de Molelos e o movimento associativo da freguesia, reunião com o executivo da junta

de freguesia do Guardão e visita a Nandufe com o Executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias Tondela Nandufe .

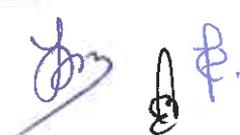
Como foi referido no início, o período em análise corresponde ao período de transição anual, tendo sido aprovado em reunião de câmara do dia 20 os mapas de fluxo de caixa, nomeadamente:

- Demonstração do Desempenho Orçamental;
- Informação dos compromissos transitados;
- Informação da execução das GOP, devendo estar individualizada a execução do PPI;
- Informação da execução orçamental (receita e despesa) ;
- Informação de saldo integrado ao abrigo do n.º 6 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

Permitindo a incorporação do saldo de conta de gerência, no valor de 7.745.791,82 €, na proposta da 1ª revisão orçamental também aprovada pela câmara na referida reunião.

Referem-se ainda, as seguintes iniciativas e representações institucionais :

- Visita de trabalho e inauguração das obras de requalificação no cemitério de Parada de Gonta no valor de 17 000,00€;
- Comemoração do 35º Aniversário de Tondela a cidade pautada pela entrega de medalhas e respetivos certificados aos funcionários que completaram 25 anos de serviço público, bem como, aqueles que se reformaram;
- Presença na apresentação do livro “O Pentágono não está em Washington” de Annaa Novo;
- Presença na bênção da carrinha adquirida pelo CSP de Santiago de Besteiros e comparticipada pela Câmara Municipal no valor de 20 000,00€;
- Encontro de Janeiras em Parada de Gonta;
- Presença na Comemoração do Aniversário da PSP, em Viseu;
- Presença no Almoço de reis do Recreio do Caramulo;
- Presença no almoço comemorativo do 81º Aniversário da SMIR;
- Presença na comemoração do Aniversário da AJUDA no Botulho;
- Presença na comemoração do Aniversário da ARC da Póvoa de Arcediago;
- Presença na Caminhada Solidária do Recomeço organizada pela Vários;
- Presença na caminhada referente ao “Dia Mundial do Cancro”;
- Presença na comemoração do 45º Aniversário da AHVVBesteiros;



- Presença na cerimónia de entrega de prémios de Excelência das PME's, em Viseu;
- Presença no jantar comemorativo do 21º Aniversário do Coro Polifónico de Tondela;
- Visita de Trabalho e inauguração das obras de restauro do altar-mor da capela de Nª Sª das Candeias e dos "Tanques Públicos", onde foram inauguradas obras objeto de protocolo de colaboração com o município no valor de 42 mil euros.
- Realização duma Ação de Sensibilização sobre a vespa velutina no Auditório Municipal, promovida pela CIM;
- Inauguração da exposição de pintura intitulada "Entre o Sagrado e o Profano" da Professora Cláudia Costa, no Museu Terra de Besteiros;
- Realização da cerimónia e entrega de prémios da 10ª Edição do concurso "Reciclar e Enfeitar para Tondela Embelezar";

É, neste contexto, que apresentamos o presente documento com as atividades realizadas pela Câmara Municipal de Tondela, no período supra referenciado.

No âmbito do investimento público destaca-se a conclusão da requalificação de espaços de lazer e a beneficiação de arruamentos no perímetro urbano do Caramulo, no valor de 556 678,53€, e a repavimentação de arruamentos nas freguesias de Molelos, Dardavaz e Mouraz, no valor de 392 913,96€, e a abertura do procedimento concursal da empreitada "Construção, ampliação/requalificação da ZIM do Lagedo" composta por 4 lotes.

Início da requalificação do Centro de Coordenação de Transportes de Tondela. A intervenção prevê a realização de trabalhos no exterior e no interior do edifício num investimento a rondar os 40 000,00€, e que nesta fase contemplam a substituição integral das caleiras do edifício, pintura exterior, requalificação da rede elétrica, e reparação de tetos falsos.

Sublinha-se o facto de que desde o final de 2022, e no sentido de disponibilizar um melhor serviço de transportes públicos a todos os munícipes, bem como a todos os visitantes, o CCTT tem novo horário alargado, entre as 06h15 e as 24h00, de segunda a sexta-feira e no domingo durante o período da tarde. Este horário foi definido de modo a dar resposta ao período de maior utilização durante o fim de semana.

Na área da educação, tendo em vista a promoção de sucesso para todos os nossos alunos, foi dado continuidade às reuniões de trabalho entre os diretores de

Agrupamento e a CMT, visando operacionalizar, da melhor forma, a descentralização de competências desta área, como também foram realizadas visitas de trabalho a edifícios escolares, com vista a serem avaliadas necessidades no domínio da manutenção e reparação dos mesmos.

Em relação ao urbanismo e ordenamento do território, destaca-se o trabalho a ser desenvolvido pela equipa da Revisão do PDM, de modo a incorporar os pareceres das várias entidades na sequência da primeira reunião de acompanhamento.

Procedeu-se à Instalação da Comissão de Avaliação de constituição de ARU's no Concelho de Tondela a 25 de janeiro de 2023, em conformidade da Proposta N° 6/GP/2022, aprovada em reunião de câmara e a realização de uma segunda reunião de trabalho da referida comissão, a 8 de fevereiro de 2023.

No âmbito da ação social, os serviços continuam no acolhimento e inserção de refugiados, quer seja na integração no mercado de trabalho, no acompanhamento dos pedidos de prestações sociais, de segurança social, nas inscrições nas escolas e no centro de saúde, assim como no apetrechamento dos alojamentos.

Foi, ainda, assinado um protocolo com a Ordem dos Psicólogos, cujo objetivo é reforçar a resiliência psicológica e estilos de vida mais saudáveis, sobretudo para os colaboradores da câmara.

3. ATIVIDADES REALIZADAS

3.1- Requalificação Urbana, Vias, Mobilidade, Ambiente e Fundos Comunitários, Urbanismos e Planeamento

3.1.1-Departamento de Ambiente, Alterações Climáticas e Fundos Comunitários

- Articulação administrativa e técnica entre o Município e a AINTAR, tendo presente o facto desta última ser a nova entidade gestora da rede de esgotos.
- Acompanhamento da realização do serviço de limpeza de coletores das redes de drenagem de águas residuais domésticas na cidade de Tondela.
- Reuniões com o prestador de serviços de fiscalização da empreitada ETAR Zim do Lajedo relativamente à tramitação inerente dos trabalhos complementares.
- Realização de vistoria para efeitos de deliberação de libertação de caução da empreitada da Rede de Água a Várzea do Homem.

- Coordenar a realização de análises nos fontanários.
- Várias intervenções realizadas pelos serviços de energia na manutenção do parque escolar, nomeadamente escolas de São Miguel do Outeiro, Secundária de Molelos e de Tondela, EB 2,3 do Caramulo, com reparação de alguns equipamentos de cozinha e substituição de tomadas. Nos Jardins de Infância foram realizadas substituições de lâmpadas e pequenas reparações, nomeadamente nas campainhas.
- Na Etar de Muna e nas Estações Elevatórias do Tourigo e de Valverde, foram feitas intervenções nas bombas e nos quadros elétricos.
- Realização de intervenção nos semáforos das localidades de Barreiro de Besteiros e Tonda.
- Ligação da iluminação pública no Largo dos Castanheiros, na freguesia do Guardão, após conclusão da empreitada.

Fundos Comunitários e apoios financeiros externos

- Está em elaboração a Reprogramação da operação “Reabilitação da Escola Secundária de Tondela”.
- Submissão das Candidaturas ao PRR da “Requalificação da Unidade de Saúde Familiar de Tondela” e “Reabilitação da Extensão do Centro de Saúde do Caramulo, Guardão
- Preparação da candidatura EB23 Campo de Besteiros

Serviços Higio-sanitários :

- Registadas 24 ocorrências , entre atropelamentos, resgates e recolhas;
- Recolha de cadáveres: 1 gato e 3 cães;
- Residentes no canil: 32 cães;
- Devolvidos ao dono: 3 cães;
- Adotados: 4 gatos e 18 cães;
- Esterilizados: 42 gatos e 7 cães
- Realização todas as segundas feiras durante o período da manhã da vacinação de cães ao abrigo da campanha de vacinação antirrábica.

3.1.2-Departamento de Acessibilidades, Mobilidade, Equipamentos e Materiais

À ampliação e requalificação da ZIM da Adiça, nomeadamente:

- Início de construção de muro em granito na Rua 7; construção de muros em betão em passeio, na Rua 5, com guarda corpos na ZIM da Adiça, num total de investimento de 75 590,75€.
- Lote 1- Requalificação das infraestruturas existentes. Encontram-se terminadas as pinturas e, em fase de conclusão, os novos marcos de incêndio, com um investimento no montante de 604 711,46€
- Lote 2- Ampliação das infraestruturas da Zona Noroeste PI e requalificação da Ex N2, entre o nó da IP3 e a Rotunda Sul. Trabalhos estes já concluídos com o custo total no valor de 1 389 723,05€;
- Lote 3- Construção de Infraestruturas (Aberta a Infraestruturação do Arruamento Nascente, num investimento de 429 594,26€. A conclusão de alguns trabalhos só será possível efetuar após o desvio da rede aérea M.T. e do muro de suporte de terras do arruamento, já iniciado, prevendo-se o seu início em março do corrente.

Abertura do procedimento concursal da empreitada “Construção, ampliação/requalificação da ZIM do Lagedo” composta por 4 lotes:

- O Lote A ZIM Lajedo – Rua 4 A e trabalhos de conclusão da Rua 4, pelo valor base de 356 099€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de 120 dias;
- Lote B – ZIM Lajedo – Rua 9 (EM 1502) – Acesso Sul, pelo valor base de 539 155€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de 150 dias;
- Lote C- ZIM Lajedo – Terraplanem geral de lote e criação de novo arruamento, pelo valor base de 426 707€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de 180 dias;
- Lote D – ZIM Lajedo – Requalificação de caminhos na ligação a Lourosa e adutora de abastecimento de água, pelo valor base de 275 346€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de 120 dias

Intervenções realizadas pelos cantoneiros de vias

- Manutenção e limpeza de vias - EM 624 (Lobão da Beira);
- Remoção de taludes caídos após as tempestades – EN 337 (Parada de Gonta);
- Limpeza de pontão (Lageosa do Dão);
- Manutenção e limpeza de caminhos (UF Tondela / Nandufe);

- Manutenção e limpeza de vias – EM 337 (Parada de Gonta);
- Manutenção de sinalização rodoviária – N 337 (Lageosa do Dão);
- Manutenção de vias e execução de faixa de gestão de combustível na CM 1525 (Dardavaz);
- Manutenção de caminhos – Cansa de STª Maria;
- Manutenção de vias e execução de faixa de gestão de combustível – EM 1510 (São João do Monte);
- Manutenção de vias – Amieira (Barreiro de Besteiros);

Intervenções realizadas pela equipa de apoio a eventos

- Montagem e desmontagem de estruturas em diversos locais;
- Montagem e desmontagem de estruturas para Mercado de Artesanato e a Feira de Antiguidades de Tondela.

Intervenções realizadas pela equipa de jardinagem e limpeza urbana

- Manutenção dos jardins e espaços verdes;
- Limpeza urbana;
- Limpeza e manutenção de sarjetas e grelhas de águas pluviais em Tondela;

Intervenções realizadas pela equipa de construção civil

- Reparação de vedação na Escola Secundária de Tondela;
- Reparações e manutenções na USF de Tondela;
- Pequenos arranjos de avarias em edifícios públicos e escolas.
- Intervenção no Centro de Coordenação de Transportes;

Proteção civil

- No âmbito da proteção civil foram efetuadas diversas diligências no âmbito das intempéries, nomeadamente no acompanhamento de aluimentos e derrocadas;
- Foram eliminados 41 ninhos de vespa velutina, estando já referenciadas mais 12 para eliminar;
- Ação de sensibilização "Deteção e combate à espécie exótica invasora Vespa velutina";
- Foram efetuadas diligências junto das associações de baldios de Carvalhal da Mulher, Silvares e Souto Bom para a execução de ações de fogo controlado;

- Foram efetuadas algumas vistorias para recintos improvisados juntamente com o urbanismo;

3.1.3-Urbanismo e Planeamento Urbano

- Reuniões de trabalho em ordem à operacionalização da revisão do Plano Diretor Municipal;
- Instalação da Comissão de Avaliação de constituição de ARU's no Concelho de Tondela a 25 de janeiro de 2023, sob proposta aprovada em reunião de câmara, e realização de uma segunda reunião de trabalho desta Comissão, a 8 de fevereiro.
- Aprovação em reunião de Câmara, no passado dia 24 de janeiro, do Cadastro de Toponímia e número de polícia das Freguesias de Canas de Santa Maria, Lobão da Beira e Santiago de Besteiros.

BUPI

O projeto Bupi, em desenvolvimento no nosso concelho, chegou ao final do mês de janeiro com um total de 23.392 processos de RGG finalizados, esta taxa de execução coloca o Município de Tondela, em 5º lugar no ranking nacional de Municípios, no que diz respeito aos RGG's finalizados, tendo subido um lugar relativamente à avaliação do mês de novembro.

Foram realizadas diversas ações de sensibilização, tais como:

- Afixação de cartazes/panfletos nas localidades das várias freguesias percorridas neste período;
- Divulgação nas redes sociais;
- Ações de sensibilização nas feiras semanais e nas escolas (2º e 3ºciclo, e secundário) – com demonstração a Bupi APP;
- Participação em atividades do Município.

3.2-Cultura e Associativismo

Neste período procedeu-se a reuniões relativas às candidaturas da Festa das Cruzes e da Louça Preta de Molelos ao inventário nacional de património imaterial;

Reunião de trabalho em ordem à edição em 2023 dos “Cadernos de DOM Jaime”;

Reunião de trabalho com vista à criação do Regulamento de funcionamento/disponibilização do Auditório Municipal”

Dinamização de exposição na sala do Museu Terras de Besteiros;

3.3-Património Cultural e Natural

No âmbito do Caminho Português de Santiago Interior foi dado continuidade ao trabalho de certificação do caminho entre Coimbra e São Miguel de Outeiro, tendo Tondela o dossier importante da georreferenciação;

Inspeção periódica da Necrópole do Caramôlo – Barreiro de Besteiros para com intervenção de limpeza;

Intervenção de limpeza do afloramento xistos, calçada e abrigo na Estação de Arte Rupestre de Molelinhos;

Inspeção periódica para a aferir o estado de conservação da Igreja Velha de Canas de Santa Maria;

Na Estela-menir de Caparrosa foi efetuada a inspeção devido ao aluimento de terras na área de proteção e submissão de relatório à DRCC;

Levantamento de danos decorrentes das últimas chuvas (quedas de árvores e quebra de guardacorpos) na Rota dos Laranjais;

Inspeção da DRCC aos referidos imóveis classificados no âmbito da submissão de relatório de

danos (chuvas) no Solar de Vilar e Paço de Fráguas;

Projeto “Rede de Autarquias para a Igualdade”

No âmbito da Formação de Técnicos Superiores em “Igualdade entre Mulheres e Homens e Conciliação”, O Foral de Besteiros e o Património Cultural Concelhio;

Presença em contexto de sala de aula, para dar um contributo sobre o Foral de Besteiros

Património Cultural Concelhio. Foram lecionadas duas aulas, às turmas do 10.º Ano do Agrupamento de Escolas de Tondela.

Conclusão do processo de classificação imóvel de interesse público da igreja Matriz de São Tiago, em Santiago de Besteiros.

3.4-Turismo

Reuniões de trabalho na CIM e com as Juntas de Freguesia de São João do Monte/Mosteirinho, Guardão e união de freguesia de Caparrosa/Silvares sobre a operacionalização da candidatura “Aldeias da Serra do Caramulo”

Atendimento ao público e telefónico relativo a informações Turísticas;

No âmbito do projeto da EN 2 – Carimbar os passaportes;

Serviço administrativo de suporte a requisições Termas / Turismo etc.

Alteração do site – TURISMO - Alojamento e Restauração

Levantamento junto dos Presidentes de Junta e Associações, para atualização das Feiras, Festas e Romarias.

BTL 2023 - Atualização do Guia de Oferta Turística, reuniões de trabalho e Recolha de material Turístico para a BTL;

Recolher informações para preencher inquérito relativo ao Guia FECC de Estacionamentos AUTOCARAVANAS 2023;

Elaboração de propostas de programa a ser apresentado aos visitantes.

Visita – Grupo de Caminheiros de Alcobaça

Visita - Cultural a Tondela II Companheiros em Viagem

Na atividade relativa ao Posto de Turismo do Caramulo no decurso do período referido pautou-se pelo atendimento a turistas individuais, turistas da EN2, bem como a pequenos grupos de família. Refiro também atendimento a 2 grupos, (daqueles que nos costumam visitar mais amiúde noutras épocas do ano)

1 - Grupo de Escuteiros, do Centro Social de S. Pedro da Palhaça;

2 - Grupo da Associação dos Técnicos Superiores de Lazer de Viseu.

3.5-Educação

Neste período foi dada continuidade às reuniões de trabalho entre os diretores de agrupamento e a CMT, visando a melhor forma de operacionalizar a descentralização de competências nesta área.

Foram, igualmente, levadas a cabo, as seguintes iniciativas:

Organização do Seminário da Educação a realizar em abril;

Celebração de contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Vila Nova da Rainha e Mouraz relativa ao fornecimento de lenha para aquecimento da Escola e Jardim de Infância da Adiça;

Abertura de Concurso de produtos e materiais de limpeza - Elaboração de Relatório Final;

Análise e decisão das candidaturas das Bolsas do Ensino Superior;

Submissão de pedidos do pagamento no âmbito do Regime da Fruta Escolar e do Leite;

Formação às funcionárias das cozinhas no âmbito da plataforma SIGA;

Configuração módulos de comunicação para todos responsáveis das diferentes escolas/jardins;

Retoma do projeto "Som dos livros" (gravação e edição de episódios semanais);

Concurso das Rotundas - articulação com júri, visitas, contactos com entidades que concorreram e cerimónia de entrega;

Validação da faturação MEO, Informações de despesa e Faturação G9, Informações de despesa e Faturação Onecom;

Acompanhamento com a informática e com Sr. Joaquim Santos (Onecom) para implementação de sistemas de comunicação (centrais telefónicas AETCF);

Acompanhamento permanente dos serviços de informática junto dos sistemas de informática das diferentes escolas;

Preparação da iniciativa do dia mundial contra a obesidade nas escolas dos dois agrupamentos;

Realização da iniciativa "Janeiro Cultural" (9 a 20 de janeiro);

Início da iniciativa da "Hora do Conto Itinerante" (Jardim de Infância do Barreiro de Besteiros, de Adiça, de Alvarim e de Campo de Besteiros);

Preparação da Exposição de Máscaras de Carnaval;

Preparação do Workshop de Xadrez para Pais e filhos;

Preparação do Concurso Nacional de Leitura - Fase Municipal;

Preparação da Festa do Livro e da Leitura a realizar em abril;

3.6-Recursos Humanos

Foi dada continuação ao projeto de conciliação entre vida familiar e profissional;

Encerramento do procedimento concursal relativo a Técnico Superior de Comunicação;

Abertura dos procedimentos concursais relativos a Chefe de Divisão de Economia e Finanças bem como Técnico Superior de Economia e Finanças

Operacionalização da Avaliação SIADAP e reunião do Conselho Coordenador de Avaliação;

Operacionalização do procedimento concursal relativo a técnico superior de ação social.

3.8-Ação Social e Saúde

Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Tondela (PMIGNDT)

- Reunião com a equipa
- Apresentação em CLAS do Plano Municipal para a Igualdade, com a presença do Dr. Albano da CIG
- Realização de ações:
 - Campanha de prevenção contra a violência no namoro com três mupis e cartazes no Facebook institucional
 - Apresentação do logotipo
 - Ações de formação na igualdade de género e conciliação para os colaboradores do Município:
 - Assistentes Operacionais da educação – 90 participantes (ação presencial)
 - Assistentes Técnicos-175 participantes (ação presencial)
 - Técnicos superiores-35 participantes (ação online)

- Preparação de ações de sensibilização no eixo do desporto (atletas, dirigentes e comunidade geral) a realizar em março de 2023
- Preparação da ação intermunicipal "integração a nível da perspetiva de género na Saúde e Ação Social".

Sistema de Gestão da Conciliação da Câmara Municipal de Tondela:

- Formação online "NP4552:2022 – SISTEMA DE GESTÃO DA CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL – O QUE MUDOU na nova norma"
- Procedimentos de continuidade no tratamento de informação;
- Preparação de novos documentos face à nova norma.

Gestão e Acompanhamento social de situações sociais em habitações Municipais:

- Bairro das Colmeieiras: acolhimento das famílias Ucrrianas.
- VD S. João do Monte
- Avaliação de situações de ação social escolar de imigrantes brasileiros e angolanos.
- Reunião de trabalho com a equipa de RSI para tratamento de situação social.

Gestão e acompanhamento social de situações de arrendamento em mercado privado

- Atendimento no âmbito da violência doméstica/encaminhamento e da psicologia (psicoeducação);

Apoio à natalidade e adoção

- Atendimentos telefónicos de esclarecimento, elaboração de informações e informações de despesa para reunião de Câmara;
- Desde última reunião de Câmara contabilizamos 12.700€ em apoios.

Outros

Realização de provas psicológicas no âmbito do procedimento concursal comum para o preenchimento de 9 postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

3.9-Desporto

- No dia 16 de dezembro na SMIR, realizou-se a Avaliação do Programa Saúde em Dia 2022. Neste momento foi também realizada a Ação de Formação acreditada "O

exercício físico no combate ao sedentarismo, ao isolamento e solidão”, esta ação teve 12 palestrantes e mais de 60 inscritos.

- Os serviços do Gabinete de Desporto, deram apoio à prova do Corta-Mato do desporto Escolar e acompanharam a Certificação dos equipamentos desportivos em 10 instalações desportivas.

- Foi concluída e certificados os equipamentos da requalificação do polidesportivo da Ermida.

- Presença do Município na 6ª Gala do Campeonato Nacional de Montanha, na qual foram reconhecidos os pilotos Tondelenses Fernando Salgueiro e Ricardo Loureiro, que receberam os troféus de campeão e vice-campeão na categoria de clássicos. Nesta cerimónia, o Município também foi reconhecido pela colaboração na organização da 31ª Rampa do Caramulo.

- Tondela recebeu os 4ºs Jogos de Inverno da ANDDI, esta edição contou com mais de 500 participações, com atletas divididos por 34 Instituições, que praticaram 10 modalidades em 4 Instalações Desportivas do concelho (Pavilhões Municipais de Campo de Besteiros e Tondela, Pavilhão da E.S. de Molelos e Pavilhão do Estádio João Cardoso). Inserida no calendário dos Jogos de Inverno, foi realizada a Caminhada do Recomeço, esta iniciativa marcou o início do Programa Saúde em Dia e teve cariz solidário, através da recolha de bens para a instituição VARIOS, esta caminhada contou com a participação de 200 pessoas.

- Presença no Pavilhão Municipal de Tondela, na Cerimónia dos Exames de Graduação da Associação de Karaté de Viseu, que contou com mais de 100 participantes de todo o país.

- Foram realizadas várias reuniões com os clubes desportivos, nomeadamente Sporting Clube de Nandufe, Clube Atlético de Molelos – Secção de Andebol, Clube Desportivo de Tondela – Secção de Basquetebol, VARIOS, Rugby Clube de Tondela e Clube de Ténis de Tondela.

Tondela, 21 de fevereiro de 2023

A Presidente da Câmara Municipal de Tondela

- Fátima Carla Antunes Borges -



Assembleia Municipal de Tondela

Gostaria de saudar o Senhor Presidente da AM
 e na sua pessoa os restantes membros da mesa
 Saúdo ainda a Senhora Presidente da CMT e os Senhores vereadores aqui
 presentes
 Os Senhores deputados municipais e Presidentes de Junta
 Os Senhores membros do Órgão de comunicação social
 A digníssima funcionária da CMT que de forma tão profissional nos apoia.
 E já agora ao público que assiste a esta assembleia, aqui ou lá em casa

Este órgão que hoje reunimos pela 8ª vez, foi empossada há cerca de 1 ano e meio. Quando decidimos apresentarmos a nossa candidatura a este órgão, tenhamos a firme convicção que a nossa participação exigia, não só levantar o braço, mas pesquisa, trabalho e resiliência, pois felizmente em Democracia nem todos pensamos de forma igual, e só assim o mundo pula e avança.

Julgamos que todos os eleitos aqui presentes, têm como principal motivação, lutar por um Concelho melhor, onde seja bom viver, onde todos possam usufruir não só do que a natureza nos oferece, mas também das infra-estruturas criadas pelo Homem. Fazendo uma análise da nossa participação, ficamos de consciência tranquila, pois demos o melhor de nós, mas subsiste um amargo de boca, pois mesmo se nos parece que as nossas contribuições são acolhidas com interesse, depois na prática, não vimos continuidade no debate institucional ou na sua execução.

Fizemos abordagens de vários assuntos do interesse colectivo, evitando polémicas e questões fracturantes, portanto sempre com o sentido de colaboração e nunca de confrontação, mas infelizmente parece que, mesmo se não gosto do termo “oposição”, as propostas da oposição são de somenos importância e/ou exequibilidade.

Recordo alguns dos temas que abordamos, - questões ambientais sobre os RSU, compostores domésticos, - participação cívica – Conselho da Diáspora, Património – Museu terras de Besteiros e Central hidroeléctrica dos Pisões.

Temos consciência que como diz o povo, Roma e Pavia não se fazem num dia, mas como mencionei anteriormente, ficamos com a impressão que todas estas propostas foram bem recebidas, mas como diz o povo, parece que caíram em saco roto, ou foram deixadas para uma ocasião mais propícia.

Mas como sou persistente, pois acompanho este processo há mais de 2 anos e fui mandatado pela bancada do Partido Socialista para o continuar a acompanhar, hoje gostaria de voltar a falar sobre o tema da minha intervenção do passado dia 23 de setembro de 2022, em que questionamos a Sra. Presidente da Câmara, sobre a parceria entre a Câmara Municipal de Tondela e a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), para a eventual musealização da Central hidroelétrica dos Pisões e quais as orientações da Câmara Municipal de Tondela para a preservação deste património.

Nessa data a Senhora Presidente da Câmara, informou a AM que o assunto iria ser tratado no primeiro trimestre de 2023.

Posteriormente, mais precisamente em 23 de novembro de 2022, a Senhora Presidente declarou à LUSA, *“Continua a ser do nosso interesse aproveitar aquele património e a possibilidade de construir ali um centro interpretativo que, de alguma maneira, possa traduzir aquilo que foi a história do edifício e a importância que teve no desenvolvimento do concelho de Tondela.*

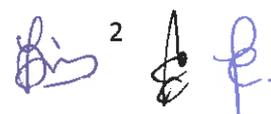
Na reunião pública da Câmara, do passado dia 27 de Dezembro de 2022, em resposta ao Sr. Vereador Francisco Coutinho, a Sra. Presidente, *“ ... reiterou que era intenção no início do ano iniciar novamente o processo e informou que consultados os registos da Câmara não foi possível encontrar nenhum protocolo assinado com a Secretaria de Estado das Florestas, pelo que em sede de audiência com o senhor Ministro do Ambiente, colocará a questão ”.*

Em face dos desenvolvimentos, ficámos preocupados e inquirimos a tutela, que nos reafirma através de documentos, que para além de terem sido feitas as respectivas delimitações dos 3.664m² de terreno afecto à Central Hidroelétrica dos Pisões, se encontra em análise a possibilidade de estabelecimento de um protocolo com a CMT, portanto, dando a entender que aguarda a manifestação de interesse da autarquia em retomar os contactos.

Em face do exposto solicitamos mais uma vez a Vossa Excelência, que informe a Assembleia, em que situação se encontram os contactos para a referida parceria, e quais as orientações da Câmara Municipal de Tondela para a preservação deste importante património do Concelho e do país,

Tondela, 24 de fevereiro de 2023

Os deputados municipais do Partido Socialista





**Grupo Parlamentar do Partido Social
Democrata de Tondela**

Boa tarde a todos os presentes,

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores presentes, Senhores e Senhoras Presidentes de Juntas e Uniões de Freguesias, restantes deputados, público a assistir,

Demonstrado um valor a rondar os 7.745mil euros enquanto saldo de gerência do ano anterior, e por forma a que este montante possa ser utilizado no presente ano, é necessária e imperiosa a revisão orçamental que o executivo aqui propõe.

Está em conformidade com o normativo contabilístico em vigor e obedece, entre outros, ao Princípio do Equilíbrio Orçamental.

A incorporação deste saldo apurado através de revisão orçamental implica, naturalmente, um reforço com verbas nas rubricas orçadas, que a avaliar pela sua distribuição parece-nos ajustada e adequada às necessidades do Concelho.

Verificámos nos documentos enviados, uma demonstração de execução orçamental da despesa na ordem dos 65,5% e, relativamente à receita na ordem dos 85,6%. Está aqui patente o esforço e desempenho levado a cabo por este executivo, que assumiu sempre o compromisso, nas assembleias municipais do ano transato, de se manter atento, próximo e empenhado em executar.

Obviamente que estes números merecem destaque, e deixam cair por terra o argumento único que a oposição tem utilizado nas reuniões em que se discute esta matéria.

Não se pode dizer que o município de Tondela é o município da CIM com a execução mais baixa! É falacioso! Dos 14 municípios associados, Tondela aparece enquanto “quinto” bem colocado, com uma taxa de execução acima de 63%, e que está acima da média da CIM! E mais, somos o 2.º

município com maior valor absoluto em fundo aprovado! Por isso, alguma coisa de bem se está a fazer em Tondela!!

Estes números só reforçam que, perante todos os contratempos que vivemos ao nível macroeconómico, todas as adversidades que o executivo tem enfrentado, ainda assim tem sabido articular-se e dar resposta aos desafios a que se propõe!

Os números demonstram-no: as prioridades estão bem definidas!

E para quem vier dizer o contrário, “mais vale um pássaro na mão que dois a voar!”

O PSD votará a favor na alteração proposta e reforça a confiança no trabalho que está a ser desenvolvido no nosso concelho!

Andreia Sousa



Muito obrigada, Sr. Presidente.

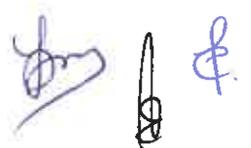
Conforme disse na minha última intervenção e como considero que ficou bem claro, o problema da habitação não é um problema do concelho, mas infelizmente, transversal a todo o país, onde o estado não tutela nem o que é seu...

Mas, do conhecimento que tenho, a CMT já encetou várias medidas no sentido de debelar esse problema, nomeadamente:

- Contratualizou 4 técnicos para dar resposta à recuperação e aprovação de licenciamentos urbanos, tendo sido recuperados mais de 700 processos e diminuído, significativamente, o tempo de espera;
- Criou um grupo de trabalho com o objetivo de estudar a viabilidade de instalar ARU's em todas as freguesias do concelho;
- Desagravamento de taxas de IMI para prédios devolutos, incentivando, assim, a reabilitação de prédios não habitados;
- Apoio a famílias com graves carências habitacionais através do Regulamento Municipal e do Protocolo com a Just a Change, solucionando, desta forma, problema dos agregados sinalizados na ELH (Estratégia Local de Habitação).

Se me questionam se isto é pouco ou não... é discutível, depende da perspetiva de quem vê. Mas, na minha opinião, o importante é que há sinais claros pela CM e que estão a ser dados passos inequívocos no que a esta área diz respeito para solucionar este problema.

Aracilisa Pereira



Assunto: Carta Educativa

Investir na Educação é o melhor investimento.

As novas responsabilidades que foram transferidas para os Municípios, apesar de serem um “presente envenenado”, podem traduzir-se num futuro mais risonho para as nossas crianças e jovens.

A elaboração da carta educativa é construir um instrumento de política educativa, pois permite assentar uma estratégia de desenvolvimento educativo, que deverá assentar no apoio às famílias que habitem o nosso Concelho, ou nele trabalhem, confiando os seus filhos às nossas Escolas.

O Conselho Municipal de Educação, as Escolas, as Associações de Pais e toda a sociedade, através dos seus instrumentos de exercício da cidadania, deverão dar o seu contributo, que deve ser acolhido e respeitado, para que a política educativa, no Concelho, possa corresponder a uma melhor qualidade de vida e a uma mais-valia para quem escolha viver ou trabalhar no Concelho de Tondela.

A carta educativa municipal é um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos localizados ou a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

De um concelho que, há 50 anos apenas tinha oferta educativa privada, para além da oferta pública, a nível primário, passou-se pela oferta de mais dois anos de ensino, através de uma rede de telescola, em complemento do ensino proporcionado nos estabelecimentos públicos instalados nos antigos colégios, após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Instalou-se também uma rede de Jardins de Infância que cobre todo o concelho, apesar de a população escolar ter diminuído drasticamente por razões demográficas que afectam a generalidade do País, com especial incidência nos meios rurais do Interior.

Veio, depois a Escola Profissional, nos anos 90 do século passado, por iniciativa municipal, que enriqueceu a oferta de formação, e hoje as crianças, adolescentes e jovens do concelho têm acesso facilitado ao ensino básico, ferramenta indispensável para o acesso a outros níveis de ensino, caminho de promoção e desenvolvimento humano, gerador da felicidade que todos desejamos.

Compete ao Município proporcionar os meios e recursos para que à comunidade educativa não faltem os recursos físicos, humanos e instrumentais para o sucesso educativo que todas as famílias necessitam e têm o direito de esperar dos seus líderes políticos.

Cabe-lhes auscultar a sociedade e propor desafios, que possam ser calendarizados, aferidos e avaliados.



Importa que a estratégia política educativa inclua e valorize os recursos culturais, através dos seus agentes, dando à educação e formação do concelho a marca distintiva da sua identidade. Na oferta educativa, definida a nível nacional, não podem deixar de ser integradas os elementos de identidade local e regional, aproveitando recursos e valorizando toda a componente das expressões de arte e de comunicação.

O desafio é o desenvolvimento integral da pessoa humana, assente numa base sólida de valores humanos essenciais, em que o projecto educativo das famílias seja respeitado e apoiado.

A Carta Educativa que está posta à nossa consideração é um bom instrumento, que merece a nossa aprovação e o nosso contributo para que a política educativa no concelho seja bem sucedida.

Tondela, 24 de Fevereiro de 2023

